

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 01/2017
(Mandato 2017/21)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONTÉM 37 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 01/2017 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 02h20.

Sumário

Páginas

| | |
|---|----------|
| ABERTURA = | 4 |
| = PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA = | 4 |
| = LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA = | 5 |
| = APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES = | 5 |
| INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS | 8 |
| = ORDEM DO DIA = | 9 |
| = INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO = | 9 |
| = REGIMENTO DA AM = | 10 |
| = ORÇAMENTO PARA 2018 = | 10 |
| = CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO = | 21 |
| = DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA COMPROMISSOS PLURIANUAIS = | 23 |
| = LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS = | 23 |
| = LANÇAMENTO DE DERRAMA = | 23 |
| = IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS = | 27 |
| = PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS = | 29 |
| = TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM = | 30 |
| = REVISÃO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS = | 31 |
| = 3ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DE 2017 = | 31 |
| = ACORDOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS = | 32 |
| = INTERESSE MUNICIPAL – LIGAÇÃO AO PARQUE INDUSTRIAL = | 32 |
| = CONSELHO CONSULTIVO DA PAISAGEM PROTEGIDA DO CORNO DE BICO | 34 |
| = REPRESENTANTE DE FREGUESIA NO CONGRESSO DA ANMP = | 34 |
| = REPRESENTANTE NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL | 34 |
| = REPRESENTANTE NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO = | 34 |
| = COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO = | 34 |
| = COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS = | 35 |

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

| | |
|--|----|
| = CONSELHO CINEGÉTICO..... | 35 |
| = COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL = | 35 |
| = COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONIMIA = | 36 |
| = INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =..... | 36 |
| = ENCERRAMENTO = | 37 |



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ABERTURA =

----- No dia quinze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia vinte e oito do mês de agosto do ano de dois mil e dezassete. -----

----- Registou-se a falta dos seguintes membros: Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da União das Freguesias de Insalde e Porreiras; Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD) e José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada, que nos termos legais, procederam à respetiva justificação.-----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Palmira Ribeiro da Costa (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende.-----

----- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS). -

Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da União das Freguesias de Insalde e Porreiras (UF) foi substituído pelo tesoureiro da UF, José Augusto da Costa Dias. -----

Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS) foi substituída por Manuel José Miranda. -----

Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD) foi substituída por José Augusto Viana de Sousa.-----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Convidou Iolanda Pereira para secretariar a mesa. Recomendou as formas de tratamento entre os membros da assembleia pelas funções desempenhadas na AM. A exemplo dos mandatos anteriores informou que a descentralização das sessões da Assembleia vai continuar e que se realizará no próximo mês de junho. -----

= LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =

----- Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação das atas da sessão ordinária realizada no dia 8 de setembro de 2017 e da primeira reunião para o ato de instalação da assembleia, realizada em 12-10-2017. -----

A proposta de ata da sessão de 8 de setembro de 2017, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação foi aprovada, por maioria com uma abstenção do PSD. Não participaram na votação da ata os membros que não estiveram presentes na sessão a que ela respeita. -----

A proposta de ata da sessão de 12 de outubro de 2017, da primeira reunião para o ato de instalação, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação foi aprovada, por unanimidade. -----

= APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES =

----- Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções. -----

Foi apresentado por Ricardo Marinho (PPD/PSD) uma proposta para a criação de um grupo de trabalho para proteção do lobo, considerando ter sido abordado na reunião de instalação da Assembleia que esse assunto seria discutido, mas de que não consta da ordem de trabalhos. -----

O presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e informou que no mandato anterior existiu um grupo de trabalho para esse efeito, constituído pelos representantes dos grupos municipais e, se o plenário entendesse, podiam tomar decisões a partir da proposta apresentada. -----

Celina Sousa (PCP/PEV) disse que trazia uma proposta semelhante e adiantou que em outubro esteve presente no concelho uma comitiva do Partido Ecologista os Verdes que reuniu com a União de Freguesia de Formiz e Ferreira, para entender a posição dos agricultores, que se sentem desamparados, na sequência sistemática dos ataques dos lobos e da falta de ação do ICNF, dando, assim, apoio à iniciativa. -----

Por fim, questionou o presidente da Câmara sobre as respostas ao questionário enviado ao ICNF pelo grupo de trabalho do mandato anterior. -----

Manuel Monteiro (PS), em representação do grupo municipal do PS, manifestou disponibilidade para participar na discussão do mesmo assunto. -----

Presidente da Câmara: este assunto já vem de há quatro anos, mas em rigor virá da pré-história e se há uma coisa que caracteriza este executivo é que não gostamos de dançar, ou às vezes, dizemos que não conseguimos. Brevemente será apresentada uma proposta concreta, única no país, completamente revolucionária até e que vai de encontro àquilo que as pessoas que são lesadas – e são muitas, pretendem. Pois, como questionou a membro do Partido Ecologista os Verdes, e com razão, qual é então o papel do ICNF? O ICNF que devia ser um parceiro para resolver a situação, acaba por dar respostas, obviamente, com enquadramento legal, mas muito evasivas e que não respondem, de facto, aos problemas concretos das pessoas, porque o que tem acontecido até agora, é uma impotência completa quer da Câmara Municipal, quer dos organismos, quer do próprio Estado, e sobretudo

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das próprias pessoas. E quem acaba sempre por ser lesado, são os agricultores. Como todas as pessoas sabem, os rebanhos são muito importantes quer para controlar o avanço da floresta quer para criar algum rendimento para os agricultores. Mas não basta estar aqui e afirma-lo para resolver o problema. Porque se ele e os vereadores e as pessoas com quem falam partilham muito dessa opinião, não irão estar aqui eternamente a dizer que estão a pensar ou que vão fazer outro grupo de trabalho porque parece que, por assim dizer, continuarão no labirinto. E há sempre forma de, no labirinto político, as pessoas diluírem a sua responsabilidade e dizerem que a culpa não é sua, que é a lei, é o Estado. Vai ser apresentada uma solução concreta, objetiva, única no país para todos depois julgarem se de facto ela ajuda os lavradores e ajuda os lesados. -----

Agora, obviamente que temos de arranjar um equilíbrio entre o lobo que é uma espécie protegida e os interesses dos próprios pastores ou agricultores. Em Paredes de Coura, temos o primeiro plano de paisagem do país, mas a paisagem não é um presépio, a paisagem não pode ser imaculada, a paisagem vive com as pessoas e o que temos é de arranjar uma situação de equilíbrio. -----

Já submetemos e foi aprovada a candidatura “O lobo e o homem: proteger, valorizar e sensibilizar”. As pessoas poderiam obviamente pensar que se tratava de um subterfúgio para recuperar um edifício, mas trata-se de um espaço próprio para apresentar soluções para estes problemas. E estes problemas não se pretendem ver resolvidos com conferências. Com conferências os problemas podem ser esclarecidos, mas a questão que se coloca sempre é a da indemnização. Aí é que está o problema, porque não é suficiente fazer campanhas de sensibilização – mas vamos fazê-las – com os miúdos da escola, com os mais idosos, no sentido de criar uma relação de equilíbrio. A relação de equilíbrio só se cria com medidas concretas e objetivas que vão ao encontro aos agricultores e aos pastores. E vocês dirão, pode parecer que nós estamos aqui, como se diz na gíria, numa ultrapassagem pela direita, mas nós já temos contactos e até ao final do ano vamos apresentar esse projeto. Agora, com o grupo de trabalho não sei se deveríamos apresentar ou não. Acho que podemos lançar as nossas ideias e essas ideias posteriormente discutidas com o grupo de trabalho, acrescentando-se outros contributos. Aquilo que pretendemos apresentar não são mais grupos de trabalho, mas mais medidas concretas para resolver o problema. -----

Depois, em sede de grupo de trabalho, dirão se será necessária a implementação de novas medidas, se estas poderão ser melhoradas. É importante que não sintam que há, por assim dizer, uma espécie de esquecimento das opiniões. Nós vamos lançar as nossas ideias, este anteprojecto que nós temos pode ser uma base de trabalho para melhorarmos com vocês. Estamos abertos aos vossos contributos. -----

Agora, eu sinto isso da nossa parte e da vossa, não adianta andarmos aqui de grupo em grupo se não resolvermos, de facto, o problema das pessoas. E digo-vos, se tivesse rebanhos e sofresse ataques consecutivos do lobo e se do ponto de vista económico não fosse ressarcido ou não recebesse alguma compensação, obviamente que também o sentiria. Também sei que a maior parte dos agricultores não tem nada contra o lobo. Agora temos de arranjar aqui uma relação de equilíbrio, medidas que sejam de prevenção ou, se as de prevenção não resultarem, medidas compensatórias objetivas. É isso que vos tenho a dizer. -----

Ricardo Marinho (PPD/PSD): na sequência da apresentação do projeto sobre o lobo, pelo Presidente, disse ter conhecimento de que estão a fazer um centro de investigação, em Castanheira, para dar apoio a esse tipo de coisas, que vão fazer ações de sensibilização e vão realizar também um documentário. E que houve estudos muito recentes apresentados, agora em outubro, feitos em simultâneo em Itália e Portugal e o que demonstram é que as medidas passam todas por oferecer condições aos agricultores a nível de cães de gado, pastores eléctricos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e outras medidas compensatórias. Entende que o dinheiro a ser investido nesse centro em Castanheira deva ser aplicado em medidas realmente importantes para as pessoas e agricultores, já que há edifícios em Paredes de Coura para albergar esse tipo de investigação. -----

Manuel Monteiro (PS): pensa que poderão encontrar aqui uma solução que, em função das propostas apresentadas, não dupliquem trabalho e perguntou se concretamente estavam em condições de eventualmente constituir este grupo e de na próxima Assembleia terem objetivamente uma proposta muito mais trabalhada, partindo das ideias que o executivo municipal já foi alinhavando e daquilo que podem ser os contributos de todos os membros. Nesse sentido, pensa que ganhariam tempo e chegariam a uma proposta consensualizada que pudesse ser validada em sede de Assembleia Municipal. Perguntou ao presidente que tipo de medidas vão ser implementadas, já que foram adiantadas ações, indo ao encontro da proposta do grupo municipal do PSD. -----

Presidente da Câmara: disse aceitar a sugestão do membro Manuel Monteiro. Disse tratar-se de uma proposta original e inédita no país que ia ser lançada até ao final do ano, mas, assim sendo, antes de avançar e até de comunicá-la publicamente, será apresentada à assembleia. Então não farão nenhuma comunicação em público e será reservada qualquer comunicação para uma próxima assembleia ou até num próximo grupo ou numa reunião. A Câmara, presidente e vereação, apresentarão a sua proposta e, depois, até para haver uma discussão mais salutar, mais viva, será discutida com os membros da assembleia. Não se avançará antes de a discutirem primeiramente todos. Pensa que a proposta a fazer é mesmo concreta e para resolver, entende, de uma forma mais objetiva e concreta os problemas que afetam o pastoreio. Informou ainda que o que pretendem fazer em Castanheira tem a ver com este âmbito e que grande parte das medidas do projeto se enquadram em medidas de prevenção e de ajuda aos pastores e aos agricultores e querem que sejam aplicadas com rigor e com objetividade. O importante, como ponto de partida, é aceitar que a situação não pode continuar como está e não são somente as pessoas do PSD que sentem isso, são todas as pessoas porque, falando de forma simples, o caminho que estão a seguir não tem jeito nenhum e a proposta que vão apresentar é objetiva e pode resolver muitos desses problemas. Deixarão para, após a apresentação do projeto, receber o contributo de todos. -----

Presidente da Assembleia: propôs que o grupo de trabalho fosse constituído pelo presidente da Assembleia Municipal, vereador Tiago Cunha, um membro do PS do PSD e do PCP/PEV Manuel Monteiro, Ricardo Marinho e Celina Sousa, respetivamente e dos independentes (presidente da Junta de Cossourado e Linhares). -----

João Cunha (PSD): quanto a não avançar de imediato com o projeto proposto pelo presidente da Câmara e se o projeto é tão bom e não avançar de imediato, quer uma salvaguarda do PSD para que não o acusem, num futuro próximo, de que tinham um projeto muito bom e por sua culpa o concelho não ficou a ganhar. -----

Presidente da Assembleia: disse que o presidente da Câmara Municipal se comprometeu a não apresentar nada sem reunir com o grupo de trabalho e que os trinta e dois membros da Assembleia Municipal entenderam que a proposta era conciliável com a que o presidente do Executivo pretendia apresentar. -----

Pelo Partido Socialista (PS) foram apresentados: -----

um voto de louvor e reconhecimento ao exercício sacerdotal do Padre Peixoto, nas paróquias de Insalde, Porreiras e Castanheira e no arceprelado de Paredes de Coura, que se anexa à ata como seu documento e dela fica a fazer parte integrante. -----

Posto à votação, foi aprovado por maioria, com 31 votos a favor (25 votos do PS, 4 do PSD e 2 independentes), e uma abstenção do PEV. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um voto de louvor ao Curso de Outono, III edição, coorganizado pelo Município de Paredes de Coura e pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho, que se anexa à ata como seu documento e dela fica a fazer parte integrante. -----

Posto à votação, foi aprovado, por unanimidade. -----

João Cunha (PPD/PSD): é de todo o interesse fornecer às bancadas o registo áudio das sessões da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: o registo áudio é, unicamente, para apoio da elaboração das atas. -----

Manuel Monteiro (PS): a discussão desse assunto enquadra-se no ponto de revisão do Regimento. -----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

----- **Ponto n.º 3 – Interpeleções ao presidente da Câmara Municipal.** -----

João Cunha (PPD/PSD): disse ter várias interpelações ao presidente da Câmara, mas como a ordem de trabalhos era muito extensa, ficavam para as próximas sessões. -----

Solicitou dados estatísticos do tecido empresarial, ou seja, da população trabalhadora do concelho; das pessoas residentes no concelho que trabalham fora e vice-versa e ainda, dados concretos quanto à evolução da população residente. -----

Celina Sousa (PCP/PEV): quanto à decoração de Natal da rua Conselheiro Miguel Dantas, manifestando-se, enquanto militante do PEV, a favor da reciclagem e da redução de resíduos. A instalação da mesma tem cerca de cinquenta quilómetros de material reciclado e reutilizado, mas perguntou se foi precavida a saúde dos comerciantes e dos utilizadores da referida rua. -----

Tendo em conta as condições climáticas próprias da época, em que chuva e vento acontecem frequentemente, questionou se a instalação foi pensada nesse âmbito. -----

Presidente da Câmara: relativamente à questão apresentada pelo membro do PSD, João Cunha, disse não ter os dados que pediu, mas que faria o esforço para numa próxima assembleia apresentá-los. Talvez através do INE os consiga obter. -----

Quanto à decoração de Natal, naturalmente é simples. Algumas pessoas quiseram fazer disto um problema político, quando é um problema normal de decisões que se tomam. Normalmente dão às pessoas liberdade criativa e assumem essa responsabilidade. E há duas questões, relativamente à saúde pública, não existe esse problema, mas que há transtornos que alguns comerciantes e pessoas sofreram na pele, obviamente que sim, sobretudo no que diz respeito a alguns produtos expostos e montras onde a purpurina, ajudada pelo vento e pela chuva, se fixou. Assumem a culpa de que não se acham isentos, errar é humano e as pessoas devem ser desculpadas. Obviamente que vão continuar a seguir esta estratégia de dar lugar à criatividade e de gastar menos dinheiro. Não houve nenhuma pista de gelo que custa 30/40 mil euros. Fizeram as decorações de forma muito mais criativa e pouparam muito mais dinheiro que os outros concelhos. -----

Houve, depois, outras pessoas que, podem não ser courenses, quiseram atacar a Câmara, mas atacaram a terra em vez de atacar a Câmara. Fizeram publicações no facebook a dizer que nos outros lados é que era bonito e em Paredes de Coura estava feio. Só que depois, quem aparece nos jornais pelas boas razões, é quem é criativo, quem arrisca, quem faz com a prata da casa. Às vezes as coisas correm bem, outras vezes as coisas correm mal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Do ponto de vista dos incómodos, obviamente que foram muitos, mas, do ponto de vista estético, considera a instalação bonita e têm, também, o direito de ter um sentido estético diferente. Do ponto de vista do conforto, não é nada prático porque o barulho de noite não deixa algumas pessoas dormir, perturba-as e as pessoas têm direito ao seu descanso. Às vezes as coisas correm melhor, outras correm pior. Quanto a questões de saúde, não há problema nenhum. -----

João Cunha (PPD/PSD): quanto à decoração de Natal que era um assunto de que não pensava intervir, por considerá-lo secundário, mas tendo em conta as questões de saúde e de que foi interpelado na rua, aquando da colocação das fitas, de que as pessoas que as colocavam, usavam máscaras, perguntou se havia informação relativa aos produtos químicos usados na produção dessas fitas. -----

Presidente da Câmara: o assunto é mesmo muito importante se é um caso de saúde pública. Obviamente que aqui temos de discutir as coisas da forma mais verdadeira possível. É evidente que a Câmara tem preocupações ligadas à segurança e higiene no trabalho. Quanto a determinadas regras e procedimentos de segurança, fizeram um conjunto de investimentos, compraram capacetes de proteção e de luvas, que não são usados e a culpa é da Câmara porque as pessoas não cumprem e são alertadas para o facto e, muitas vezes, continuam a não cumprir.

As pessoas sabem que a purpurina é uma substância usada nas pinturas faciais e sabem que não causa nenhum problema. A purpurina é tão ofensiva como o serrim, caso a inalem de forma intensiva e estejam sujeitas, a essa ameaça durante períodos muito longos de tempo, obviamente que terão problemas, ora a purpurina não é nenhuma substância tóxica. Mas tudo isto é estranho para quem não queria fazer deste tema um assunto, que é tão leviano. Só que como do ponto de vista político não havia onde atacar, naturalmente, que agarram nestes faits-divers para tentar. O facto de o funcionário municipal utilizar máscara não quer dizer que alguém tivesse de o fazer, agora também admito que, naturalmente, se o funcionário municipal usa máscara cria alarme. Estava lá, inclusivamente a pessoa responsável pela instalação e não teve nenhuns cuidados especiais. Portanto, não tentem criar aqui um alarme. -----

Presidente da Assembleia: pediu autorização ao Presidente da Câmara para o vereador Sérgio Caselhos intervir, por conhecimento e voz autorizada em matéria de saúde pública. -----

Vereador Sérgio Caselhos: em termos de saúde pública todas as pessoas podem ter diferentes reações a diferentes substâncias. Por norma, as substâncias mais pequenas são as mais agressivas, são as mais nocivas, quando são substâncias que, apesar de visíveis como é o caso, e têm mais de 5 micrómetros, por definição não chegam a ter contacto com a via aérea inferior, só a nível da via aérea superior porque são filtradas. Em termos biológicos estão protegidos perante esse tipo de substâncias. Independentemente de tudo, são substâncias inertes e realmente não parece que haja um problema de saúde pública a esse nível, quer pelas dimensões quer pelo teor das substâncias à partida aplicado. Obviamente, todos podem ter tipos de reações diferentes a substâncias diferentes, mas também as coisas não são feitas ao acaso, além de que não foi reportado nenhum caso de irritação ocular, em termos dermatológicos e em termos de via aérea. -----

= ORDEM DO DIA =

= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara: disse que a situação financeira da Câmara Municipal ainda não é ideal, mas têm feito muitos esforços no sentido da consolidação orçamental e isso não tem, obviamente, que implicar austeridade, ou seja, têm uma estratégia rigorosa de equilíbrio, mas naturalmente que é uma estratégia sensata e que não inibe, ou melhor, acaba por não por em causa o investimento, quer o investimento no emprego, nas pessoas e na coesão social.-----

Naturalmente que vão continuar esta gestão rigorosa e sensata dos meios financeiros, não tendo sempre uma visão contabilística do próprio orçamento e estar sempre pronto para investir. É este equilíbrio que devem fazer, gestão sensata e rigorosa sem perder a capacidade de investimento, porque se não fosse assim, a gestão da Câmara seria um mero exercício contabilístico e a vida das pessoas está para além disso. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

= REGIMENTO DA AM =

Ponto n.º 2 - Apreciação discussão e votação de uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.-----

Foi constituído um grupo de trabalho com: Manuel Monteiro e Luísa Castro (PS), João Cunha (PPD/PSD) e Celina Sousa (PCP/PEV), para a revisão do regimento, para apresentar na sessão seguinte da Assembleia Municipal.-----

A constituição do grupo foi submetida à votação e foi aprovada, por unanimidade.-----

O Presidente da Assembleia Municipal pediu a João Cunha para apresentar a questão do áudio e João Cunha disse que apresentava a proposta ao grupo de trabalho.-----

O presidente da Assembleia disse que o grupo de trabalho não ia discutir esse assunto. A mesa não ia aceitar que a questão do áudio fosse introduzida no Regimento porque a mesa não é obrigada a colocar tudo em questão, há questões procedimentais a preservar e o áudio é um suporte à elaboração das atas. -----

= ORÇAMENTO PARA 2018 =

Ponto nº 03 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Orçamento e votação de proposta dos documentos das Opções do Plano e Orçamento, que inclui o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2018, bem como a autorização para proceder à contração de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2018, previsto no nº 1 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no montante que respeita os limites fixados no nº 5 do artigo 55º da referida.-----

O Presidente da Câmara fez a apresentação do Orçamento: -----

“Concordarão certamente comigo, que não é possível com este orçamento resolver todos os problemas estruturais de Paredes de Coura. Mas muito será feito e muitos passos serão dados para transformar Paredes de Coura num território moderno, criativo e com mais emprego. Navegamos devagar como a baleia. Devagar, mas avançamos, com firmeza e confiança. -----

Nos últimos anos a Câmara Municipal de Paredes de Coura mudou muito e mudou positivamente: conheceu alterações na sua estrutura; transformou o seu modelo de governo e reviu os seus objetivos bem como reafirmou a sua natureza democrática participada. Somos hoje uma instituição que sente e interpreta como ninguém os

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caminhos do futuro. Gostamos da tradição, mas estamos convictos que os modelos alternativos de desenvolvimento, mãos sustentáveis, éticos e inclusivos criarão riqueza e atrairão pessoas e empresas ao nosso território -----

Hoje em dia a Câmara municipal de Paredes de Coura é um lugar de pensamento estratégico. Já não é apenas uma instituição que está no território para resolver problemas e fazer ação social. É evidente que resolvemos problemas e preocupamo-nos, e bem, com os mais frágeis. Estamos presentes na melhoria da vida das pessoas, mas estamos também preocupados com o desenvolvimento do território e com a captação de investimento. Somos cada vez mais intervenientes na educação, na cultura e na saúde. Portanto, a Câmara de Paredes de Coura será cada vez mais um lugar de pensamento estratégico. Um lugar que estimula a criatividade, a inovação. Um lugar de criação de riqueza. Uma vez com o coração e com a ousadia, outras vezes com os instrumentos próprios do mundo empresarial. Para nós a Câmara Municipal de Paredes de Coura será sempre uma empresa. Uma empresa. Uma empresa pública. Uma empresa pública e bem gerida, que não segue ciclos eleitorais, e que decide o que é mais adequado, sensato e racional no momento, mesmo que isso signifique o aumento de impostos ou ajustamentos à média, bem ou tomada de decisões impopulares. -----

Podemos afirmar com absoluta convicção que este orçamento tem um compromisso com os princípios do rigor e da prudência orçamental e parte de projeções financeiras conservadoras no campo da receita bem como acautela a gestão cuidadosa, a transparência e o rigor nas contas públicas e de concentração de meios na Economia e Emprego e na Cultura e Educação, áreas definidas como prioritárias na atuação do Município. -----

O orçamento que apresentamos não é infalível nem encerra em si o único caminho de desenvolvimento possível. Todavia, importa referir que é o mais estratégico e o maior desde que chegamos à Câmara Municipal em 2013: 14 549 736,00 €. O investimento na reabilitação da Escola Secundária representa aproximadamente metade do valor do Plano Plurianual de Investimentos, o que reflete o compromisso do município com a educação. A cultura e a educação são as armas mais importantes de mobilidade social e aquelas que mais felicidade trazem às famílias. Somos frequentemente acusados de investirmos muito na educação e na cultura. Chamo-lhe a crítica maravilhosa, como já o afirmei quando apresentei o orçamento anterior, é o elogio feito ao contrário. Um dia gostaria que todos os jovens de Paredes de Coura lessem, numa destas atas, que fomos acusados de investir muito na educação e na cultura. -----

Na cultura não se gasta dinheiro. Na cultura e na educação investe-se. Há algumas vozes que criticam a Câmara Municipal de Paredes de Coura de investir muito na cultura. Então que experimentem investir na ignorância e verão os resultados. Neste orçamento vamos investir na cultura e na educação cerca de 3 546 900 euros. Subimos do investimento de 16% para 24%. A cultura e a educação são a melhor forma de preparar o futuro dos nossos filhos como são instrumentos capazes de dinamizar economicamente a nossa terra. -----

O emprego, apesar do sucesso conseguido nesta área, continua a ser uma preocupação para este executivo. Caminharemos ao lado dos empresários e com velocidade institucional procuraremos abrir novas fábricas. Mas o desafio maior será a diversificação dos investimentos e a criação de emprego ligado à inovação como instrumento de fixação de jovens licenciados no nosso concelho. Este trabalho já é visível. Muitos são os licenciados courenses que encontram lugar e realização profissional nas fabricas de Paredes de Coura. Mas aqui queremos dar novos passos. A construção de habitação a custos controlados para os jovens é o próximo passo. Neste momento estamos a fazer o projeto que, brevemente, terá apresentação pública para ser discutido com os courenses. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Preparamos abertura de novas fábricas. Já somos exemplo no país. Desde 2013, que as exportações aumentam todos os anos bem como a derrama que quase duplicou. Criamos emprego e criamos riqueza, aumentamos a receita da câmara e temos mais meios para fazer ação social. A ligação à A3 será o prémio para quem trabalha muito na captação de investimento. -----

Este orçamento tem de facto preocupações estratégicas, mas não esquece as necessidades básicas das pessoas e das freguesias. Na rede viária das freguesias vamos investir em 2018, 1 209 500 €, repartido pela rede viária e acordos de execução. Queremos freguesias desenvolvidas com bons padrões de desenvolvimento e qualidade de vida. - -----

A necessidade de investir em reabilitação urbana é preocupação deste orçamento e um tema da maior importância para a estratégia comercial, empresarial e cultural da nossa vila. A requalificação do Mercado Municipal, do Centro Coordenador de Transportes, do Largo Hintze Ribeiro e do antigo Quartel dos Bombeiros para além da valorização, revitalização e requalificação do edificado e do meio envolvente, contribuirá também para que a vila ganhe uma nova dinâmica social e económica; seja mais atrativa para as atividades do lazer e para a captação de novas atividades económicas bem como para a renovação do comércio e serviços existentes. Estamos a falar de um investimento aproximado de 1 700 000 €. -----

Queremos uma terra competitiva sem esquecer nenhum sector. Para dar um novo impulso ao turismo e para contrariar a sazonalidade das visitas estamos a desenvolver uma nova dinâmica para o Turismo. Na Paisagem Protegida será construído um Centro de BTT e nas margens do rio Coura nascerá um novo percurso pedonal – os Meandros do Coura – que dará aos courenses um percurso contemplativo promotor do desporto ao ar livre. Nós apenas trabalhamos muito e contagiamos os outros com o nosso exemplo. Os courenses fazem o resto. Até já superam as expectativas. Brevemente, surgirão alguns projetos turísticos muito interessantes que são fruto do otimismo e da coragem de investidores courenses privados. -----

Progressivamente, estamos a fazer uma terra diferente, bonita, sustentável; uma terra que cria riqueza e postos de trabalho; uma terra moderna que faz coisas diferentes porque acredita que o melhor caminho são os modelos alternativos de desenvolvimento. Não pretendemos rejeitar o que somos, as nossas tradições; apenas queremos que as pessoas tenham oportunidades de escolha, mais humanas, mais éticas e mais sustentáveis. Queremos ser uma terra ousada, criativa e que comunica bem. -----

Podíamos fazer ainda mais porque não faltam projetos e ideias. Mas os recursos financeiros não são infinitos e como gostamos de cumprir, exemplarmente, com os nossos fornecedores não embarcaremos em aventuras. Neste momento, estamos a ganhar folego para os verdadeiros desafios do futuro. Continuaremos a fazer uma gestão rigorosa e sensata dos meios financeiros com objetivo da consolidação orçamental. Porém, jamais, perderemos a capacidade de investimento e jamais esqueceremos aqueles que mais precisam. -----

É um orçamento para as pessoas é um orçamento para as famílias. -----

Queremos, pois, um concelho mais próximo das famílias, mais empreendedor e amigo das empresas, mais inclusivo, mais sustentável e mais aberto ao mundo. -----

Acreditamos no futuro de Paredes de Coura. Somos frágeis, mas determinados. Acreditamos no otimismo da vontade e no trabalho competente. Só com muito trabalho, com planeamento, só com muito amor por Paredes de Coura e só com muita coragem e muita estratégia é que se chega longe. Com esforços voluntaristas, propostas da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

moda e discursos fatalistas não se vai a lado nenhum. Só quem acredita e trabalha muito consegue resultados e o carinho das pessoas. Humildes e conscientes que também erramos continuaremos a lutar por Paredes de Coura.

Celina Sousa (PCP/PEV): manifestou-se entristecida pelo facto de nenhum dos membros da CDU, e já não falava dos Verdes, ter sido consultado para o orçamento. Não foi consultada e um membro do PCP foi contactado às três da tarde para se apresentar o mais rápido possível no Município. Como não se encontrava no concelho, não teve a oportunidade de apresentar nenhuma proposta nem ouvir as que constavam do orçamento. Entende que não é atitude que favoreça a democracia. -----

No que concerne ao documento do orçamento, pensa que tal como ela, todos os membros da Assembleia não são, nem contabilistas, nem economistas, nem nada do género, e, o que recebeu foram papeis cheios de números, onde não existe nenhuma estratégia política, onde não existe nenhuma linha orientadora do que se pretende com este orçamento, nenhuma justificação do investimento que vai ser feito nem das despesas que se perspetivam. -----

Disse saber que os números eram extremamente importantes, estão a falar de um orçamento e não põe isso em questão, mas é preciso saber o que se pretende, qual é a estratégia política, quais são os detalhes, o objetivo e, é preciso fundamentar este orçamento. -----

Depois, que é muito patente neste orçamento, que o concelho continua a depender, muito da receita que advém da administração central. Pelos cálculos que fez, ronda os 74% o que é muito. É preciso criar riqueza no concelho.

Não faria uma análise detalhada de cada ponto do orçamento, até porque isso não corresponde muito à sua área, mas iria focar-se na que chamou a sua atenção, que é a nível da proteção civil e da luta contra os incêndios. Reparou que esta parte do orçamento subiu bastante, ronda, neste momento, o meio milhão de euros, o que a deixou feliz, tendo em conta as tragédias que aconteceram neste ano, mas a seguir, observou que o aumento se deve principalmente à silvicultura preventiva. -----

A construção e conservação de pontos de água não sofre nenhum aumento, a beneficiação de caminhos florestais, passou no orçamento anterior de um investimento de trinta e cinco mil euros para um investimento no próximo ano de cinco mil euros, ou seja, desceu substancialmente. -----

O plano de reconversão florestal que achou essencial passou de um investimento de dois mil para três mil euros, ou seja, um investimento muito parco. -----

Assim, questionou quais as técnicas de silvicultura preventiva que pretendem aplicar porque muita desta técnica passa pelo uso de herbicidas para tentar eliminar alguma da flora no sentido de prevenir incêndios, o que põe em causa a qualidade do ambiente, dos solos, da água, da saúde das populações, por isso gostava de ver isso discriminado. -----

Disse ainda pensar que o investimento nesta área poderia ficar muito mais pela reconversão florestal, que se centrasse principalmente nas espécies autóctones e nas espécies que são mais resistentes aos incêndios, pondo de lado um bocadinho da cultura do eucalipto. Isto passaria também por ter um papel mais formador e consciencializador nos proprietários singulares, mas também nas juntas de freguesia e nas associações de compartes quem têm neste momento a responsabilidade dos baldios.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ricardo Marinho (PPS/PSD): falou sobre questões de água e saneamento. Num ano em que se falou tanto de seca, de problemas de água, reparou que no plano plurianual há cinco mil euros para gastar em quatro anos, para a construção e conservação de pontos de água, o que parece não ser suficiente. -----

A membro do PCP/PEV falou da verba para beneficiação de caminhos florestais em 35 mil euros e uma parte muito grande para quatro anos, 420 mil euros em silvicultura preventiva. -----

Estão previstos sessenta e nove mil e quatrocentos euros para saneamento, para quatro anos, que englobam, apenas, vinte e cinco mil euros para ampliação da rede de saneamento e quarenta e oito mil e quatrocentos euros para infraestruturas de sistemas em baixa. Perguntou onde cabe a reparação da rede, desperdícios, onde cabe a ETAR de Rubiães e Cossourado, onde cabem as ligações de saneamento, já que neste momento apenas sessenta por cento da população de Coura tem acesso territorial ao saneamento e desses sessenta por cento, apenas quarenta e seis por cento estão efetivamente ligadas à rede. São os dados que tem, pedindo correção dos mesmos, sendo o caso. Entende que são questões muito importantes e não há, nesta matéria, uma aposta clara da Câmara Municipal. -----

Manuel Monteiro (PS): relativamente ao orçamento o PS manifestou um conjunto de apreciações que vão no sentido daquilo que foi a vontade inequívoca dos courenses. De que o presidente expôs no documento e contrariamente ao que foi dito, de facto, apresentou de uma forma muito clara e muito objetiva uma fundamentação e um pensamento estratégico relativamente ao orçamento apresentado a esta assembleia. E da parte do PS regozijou-se com os três eixos sublinhados pelo presidente, de forma muito enfática: o eixo da economia e emprego, o eixo da cultura e educação e não esqueceu o investimento daquilo que são a rede viária das freguesias e o investimento das freguesias, que reportou também de extraordinária importância para a qualidade de vida dos courenses e desenvolvimento das próprias comunidades locais de cada uma das freguesias e dos lugares do concelho. -----

O presidente da Câmara centrou a sua intervenção na sustentação do documento que apresenta a esta assembleia e sustentou-a naquilo que vem sendo a discussão do país relativamente às questões que se põem, do que é que se vai fazer ao interior. Disse não gostar particularmente da expressão territórios de baixa densidade e continua a pensar que vivemos num país que tem o interior de que nós fazemos parte pela nossa natureza, pela nossa forma de estar, pelo nosso modelo de desenvolvimento e nesse interior pensa que está aquilo que o presidente sustentou relativamente ao pensamento estratégico e àquilo que é o modelo alternativo assente na ousadia, na criatividade e no arriscar. E não há modelo de desenvolvimento hoje que se sustente apenas nos modelos pré-concebidos daquilo que se fez antes. Aquilo que se fez antes é importante para sustentar aquilo em que nós baseamos o nosso desenvolvimento quotidiano. -----

Mas se queremos projetar o futuro e estamos efetivamente preocupados com o desenvolvimento do nosso território social, do nosso território económico, da nossa população, temos de facto de investir na criatividade, na ousadia, mas isso, o senhor presidente também sustentou e o PS subscreve. É que essa criatividade leva à criação de valores que é ao que têm assistido, estes anos, pela ação deste executivo que se sustenta na ação de outros executivos. Naturalmente têm de facto visto que o nosso concelho tem criado valor, tem criado riqueza, tem criado desenvolvimento que assenta naquilo que são indicadores visíveis e palpáveis. Aquilo que há pouco esta Assembleia questionava relativamente a movimentos pendulares, têm dados empíricos, é olhar para as pessoas que trabalhavam na zona industrial de Valença que hoje têm emprego aqui. Esse movimento pendular diminuiu. Basta olhar para aquilo que se está a passar, há mais oferta, captam os nossos residentes e essa vertente está

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naturalmente presente neste orçamento e que saúda vivamente essa preocupação do executivo que vai no sentido daquilo que foi o sentir inequívoco dos eleitores courenses, em outubro deste ano. -----

O presidente também apresentou uma preocupação central que é e que sublinha e acha que vai no sentido correto, no sentido daquilo que é a busca de oportunidade, de desenvolvimento, que é a diversificação do investimento. Ora, a diversificação do investimento é um chaveiro que serve para muita coisa, serve para criar a aposta no turismo, a aposta no operariado, nas fábricas e na produção, na oferta cultural, e serve para uma coisa que o presidente sublinhou de forma muito significativa e que o grupo municipal quer fazer realçar que é o investimento no emprego qualificado é hoje central neste concelho. Como teve responsabilidades noutra executivo achava que o apoio às bolsas de estudo era, de algum modo, o apoio à saída de pessoal qualificado de Paredes de Coura. Tem que apostar, naturalmente naquilo que é a captação de investimento que leve ao emprego dos jovens qualificados que hoje já se sente que estão a instalar-se em Paredes de Coura, mas inevitavelmente têm que investir nesse quadro económico e de emprego para captar de facto esse conjunto de courenses que são naturalmente necessários ao desenvolvimento do concelho. -----

O senhor presidente deu, também de forma muito clara a esta assembleia, uma justificação, uma componente que vai necessariamente ser importante se essa captação de empregos qualificados vier a existir que é aquilo que é uma preocupação sua, deste executivo que é a preocupação com a habitação. -----

A oferta habitacional em Paredes de Coura é equilibrada e é equilibrada no sentido de que a vila não se transformou num sorvedouro habitacional das freguesias. Os jovens conseguiram também instalar-se nas suas freguesias e fez com que a malha urbana não se tenha expandido na vila, como aconteceu noutras situações em que a vila cresceu à custa do seu próprio território. Em Paredes de Coura, felizmente, isso não aconteceu, mas não quer dizer que não haja problemas e o que o aponta é um dado relevante relativamente à construção de habitação a preços controlados que já foi uma solução experimentada em Paredes de Coura. Aquela conjuntura resolveu o problema de muitos courenses que tinham dificuldades de habitação. -----

Outra componente que também merece relevo da nossa parte é a componente da reabilitação urbana. A atratividade de uma sede de concelho como Paredes de Coura também se faz pelo embelezamento, pela requalificação e, naturalmente que os edifícios que o senhor presidente mencionou não edificam, não embelezam, não são montra nenhuma para Paredes de Coura. Falou do Centro Coordenador de Transportes, Mercado Municipal e Quartel Velho dos Bombeiros, naturalmente é também uma dimensão que nós subscrevemos e que estamos completamente de acordo. -----

Não esqueceu também a questão do turismo que em Paredes de Coura é uma componente económica importante, que provavelmente nem todos temos consciência do quão importante é, mas também é pelo conjunto de recursos naturais, paisagísticos, humanos, gastronómicos, etc., que temos necessariamente que reinvestir e continuar a promover. -----

Vamos, nos próximos tempos, assistir a um grande debate e esperemos que o Governo tenha essa capacidade de debater com o interior se de facto estamos interessados, neste país, de alargar o Portugal que somos do eixo Braga/Setúbal para o eixo que seja o retângulo que todos nós conhecemos nós estamos nesse retângulo e eu acho que um orçamento como este começa a fazer interior. Portanto, senhor presidente como dizia também é reconhecido o trabalho que é feito os próprios eleitores, mas também o país deve reconhecer e rever-se nalgum modelo que aqui é experimentado, o orçamento vai dar contributo para isso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Augusto Sousa (PPS/PSD): confesso que gostei muito do discurso do senhor presidente da Câmara Municipal na apresentação do Orçamento. Gostei, só que, basicamente, as projeções que ele dá não estão refletidas no documento que apresenta. E dou por exemplo, o exemplo da viação rural. Gostava que alguém me dissesse qual é a rubrica do PPI que está para viação rural. É porque o valor que o senhor presidente referiu, a meu ver, não coincide com o que lá está descrito. Portanto, a meu ver, o valor que está inscrito, somado aos duzentos e cinquenta mil euros do protocolo com as freguesias, está muito longe do milhão duzentos e nove mil euros que diz que gasta em rede viária e delegação de competências. Só se é para os quatro anos.-----

Depois, há tempos atrás, propus aqui, no âmbito de uma calorosa discussão sobre os bombeiros, graças a Deus que agora, perante as infelizes tragédias de verão, o governo decidiu lançar, em conjunto com a Câmara, um protocolo para a criação de equipas mais permanentes e está aqui prevista para a proteção civil, cento e quinze mil euros, que é participado em setenta e cinco por cento pelo governo, que eu presumo que seja para criar um corpo de bombeiros ainda mais capacitado e eficaz. -----

Depois também não é o maior orçamento apresentado pela Câmara Municipal é se calhar, desde que o senhor é presidente da Câmara. -----

Gostaria de saber onde está a ousadia e a capacidade de arriscar que foi referida pelo colega de bancada do Partido Socialista e o que ali está, a obra mais recente é de há dois ou três anos e o que é que está ali de novo? Onde é que arriscamos? Falou-se aqui no investimento e no emprego qualificado, onde é que está previsto um programa de formação em paralelo com a escola profissional que permita aumentar a capacidade dos nossos trabalhadores nas nossas unidades para subirem de grau. Onde está previsto.? O que eu lá vejo é uma comparticipação de 124 mil euros e uma outra verba para o insucesso escolar que é muito menor, no valor de sessenta e tal mil euros. -----

Eu gostei excecionalmente do discurso! Das duas uma: ou os documentos aqui não são tidos pela Câmara como sérios e o que conta mais é o discurso ou então o discurso não irá bater certo com esses valores. -----

O resultado das eleições viu-se, parabéns ao PS. Dei-os logo no início, pessoalmente aos membros da Câmara, mas isso quer dizer que agora perante esse resultado não possamos colocar questões nem apresentar sugestões? E não respeitar o voto que as pessoas depositaram em nós e não respeitar o nosso trabalho e não responder às questões colocadas, e dar a oportunidade como várias vezes foi até aqui apresentado para responder positivamente às questões que nos são colocadas. -----

Nós vimos o resultado. Há também um pormenor que é preciso não descurar. É o primeiro orçamento dos últimos anos que não há um aumento significativo das transferências do Estado para as autarquias, ou seja, ao contrário daquilo que era a tendência dos últimos anos e dos últimos governos o atual governo não está a aumentar as comparticipações, esta a mantê-las e, se for confirmada a taxa de inflação até vamos receber menos, a não ser que as projeções que aqui estão apontadas no orçamento não tenham sido refletidas, por aquilo que está na Lei do Orçamento de Estado. Mas ainda há outra questão que o Governo do Partido Socialista vem alterar e que, ao contrário do que o representante do Partido Socialista disse, é verdade que há um trabalho de requalificação urbana nos espaços públicos pela Camara Municipal, mas a verdade é que a alteração ao orçamento em retirar os poderes às câmaras, isenção de IMI e IMT em projetos de investimento turístico e de reabilitação urbana, vem limitar muito mais a capacidade de decisão da Câmara Municipal e eu não o vi preocupado com essa questão. Por exemplo, no programa que o senhor presidente anunciou há pouco para um investidor privado, que eu espero que se confirme, seria muito importante que se mantivesse a isenção, só que infelizmente pela atuação do atual

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Governo, a não ser que a Câmara decida essas coisas todas e então já o tinha que ter trazido aqui à Câmara e à Assembleia Municipal ou terá de convocar uma extraordinária até ao final do ano, ou não vai haver isenções. A não ser que leve um processo mais demorado para o Ministro das Finanças assinar. Às vezes há pormenores que o que se quer do Governo, que ele defenda e que os partidos defendam em relação às Câmaras, todos eles são a favor da descentralização, mas depois Paredes de Coura tem nos últimos dados disponíveis, treze mil e tal residentes e é claro que não consegue ver a estatística. Em face do Censo de 2011 teríamos perdido mais de 3 mil pessoas, o que não é caso único, mas o que eu estranho é que se pode definir numa declaração de voto em que nós já estamos no pleno emprego, portanto já podemos aumentar a taxa de IMI, mas aquilo que eu acho é exatamente por estarmos em pleno emprego temos de ter ainda mais condições de competitividade, para chamarmos mais pessoas, e assim, estamos a retirar essa capacidade. Diz a deliberação da Câmara, não, ora isto é para criar condições de igualdade com os outros, é para aplicar a taxa média, para eu não me chatear com o meu vizinho, com o presidente da Câmara dos Arcos, com o presidente da Câmara de Ponte de Lima ou com o presidente de câmara de um outro lado qualquer. Ora, é exatamente os termos de capacidade empresarial, êxito ou não, mas vamos assumir que foi êxito da política desta Câmara ou das duas Câmaras anteriores. Assumindo isso, se hoje estamos em pleno emprego temos que aumentar as qualificações profissionais dos nossos empregados de forma a que eles possam subir hierarquicamente e ganhar mais rendimento, mais qualificado, mais produtividade. Só aumentando a produtividade é que teremos novos investimentos em Paredes de Coura e evitamos a saída das empresas. -----

E em vez de estarmos a aumentar impostos, em vez de estarmos a fazer igual aos outros, devemos usar de todos os mecanismos para captar gente para o concelho. Se o PSD tivesse ganhado era isso que faria.-----

Resultado disso, para além do aumento de impostos aumenta-se os custos de salários para o executivo municipal.

Vão me dizer. Não é muito dinheiro. Pois não! O acréscimo dos trabalhos dos órgãos da administração local é cerca de vinte mil euros. Não é grande coisa, é verdade, não é por ficar a meio tempo, mas deixem-me fazer um paralelo: a Câmara de Viana com a dimensão que tem, tem um presidente e cinco vereadores a tempo inteiro; a Câmara dos Arcos tem exatamente a mesma formação que nós temos, tem um presidente, dois vereadores a tempo inteiro e um vereador a meio tempo, mas assessores não tem, assessores têm na Câmara de Ponte de Barca, que já lá estavam, a verdade é que, se compararmos as despesas, incluindo essas questões que estão aqui a ser levantadas e não vou incluir estas questões em Coura porque senão também tinha muitas questões a acrescentar, mas se fosse o PSD em vez de estar a aumentar estes custos estaria com certeza a dar mais competências aos quadros da câmara, evitando que eles saíssem do município. Pessoas com competência existem e havia em Coura e tiveram de ir para outros locais. Daríamos mais poder de decisão a chefes de secção e de serviços em vez de estar a aumentar a componente política. -----

Mas é verdade, os senhores ganharam e podem fazer tudo o que quiserem, aumentar os impostos para o vereador ter ali uma coisita, porque o que vão ganhar com o aumento de impostos é para ele, pois é pelo acréscimo de custos que aumentam os impostos. E, portanto, senhor presidente, o PSD teria opções, obviamente, diferentes, por isso o PSD abster-se-á no orçamento. -----

Está na despesa com instituições sem fins lucrativos seiscentos e dezassete mil euros, quais as instituições que estão aí inseridas. E no orçamento da despesa como há um milhão de euros em "outros", onde é que isso vai parar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara disse que iria procurar responder às perguntas colocadas – que foram muitas – e se, porventura, não responder a alguma que voltem a perguntar. De facto, as perguntas são fáceis de responder, mas isso não quer dizer que não sejam pertinentes. -----

Para começar, se quiserem falar do orçamento, este documento que não é um debate contabilístico, o membro José Augusto Sousa sabe que se tiver alguma dúvida em relação a isto poderá juntamente com ele e com a Conceição, talvez mais com a Conceição, na medida que o presidente defende o orçamento numa conceção política e com alguma informação técnica e a Conceição numa forma técnica, e a Conceição esclarece-lhe as dúvidas, como já fez no passado. -----

Em relação às instituições de solidariedade social, obviamente que está tudo protocolado e tudo feito com a maior transparência ou, questiona ao membro José Augusto, acredita que há alguma coisa de subterrâneo?. As insinuações levam a crer que há aqui algo de tenebroso. Discutir a rubrica “outros”, tendo em conta que na rubrica “outros”, não há nenhuma despesa que a Câmara tenha contraído que não tenha sido comunicada à Assembleia e que dela não tenha conhecimento, é absurdo. Parte-se do princípio que todos são honestos e acredita-se que o são, portanto, o diálogo deve ser elevado. Não é insinuar, por exemplo, que o Vítor veio para a Câmara para ganhar uma fortuna e depois num gesto simpático, desvalorizar. Ataca-se como crítica pessoal e depois tenta-se desvalorizar. Quando se quer dizer alguma coisa, diz-se. -----

Tenho um documento que lho posso dar, que mostra os encargos que a Câmara Municipal tem com funcionários e que está muito abaixo do rácio médio dos Municípios. Em relação a pessoas que vão para outro concelho e que tentam melhorar a sua vida estão em pleno direito de fazê-lo. Se tínhamos cá uma funcionária que decidiu concorrer, e bem, e tinha o direito a escolher o melhor para a sua vida, nada mais natural há. No município de Paredes de Coura não há lugar para mais chefes de divisão. Do ponto de vista técnico pode sobrar mais trabalho, mas nós estamos à altura das circunstâncias. Podia ter assessores e chefes de gabinete, ao contrário de outras câmaras que os têm. Comparem o rácio das outras câmaras, no entanto a Câmara de Paredes de Coura não parou, e isso deve-se ao esforço heroico de muitos trabalhadores. As coisas devem ser ditas com frontalidade, agora quer dizer que a Câmara de Paredes de Coura é despesista em termos de pessoal?. -----

Não admito que me tratem de dissimulado e tenebroso. Meter o dinheiro em “outros”? Ser da oposição, não podem permitir que se entre no maniqueísmo de dizer que os do partido são honestos e os outros não. -----

Em relação à pergunta que fez sobre a rede viária, tem razão, só que se esquece das obras nas freguesias, rede viária e acordos de execução. O valor da rede viária compreende também os acordos de execução feitos com as juntas de freguesia. A pergunta que fez é pertinente, mas já inclui nessa rubrica outras obras, bem como a recuperação do Centro de Investigação em Castanheira. -----

Pedi desculpa à representante da PCP/PEV por não poder ouvir os seus contributos, mas deixou a promessa de no próximo orçamento o fazer, por saber que eles são importantes, bem como os do PSD. -----

Em relação ao saneamento, o membro Ricardo Marinho tem toda a razão, mas não podem olhar para os orçamentos como se as verbas que lá estão inscritas sejam determinantes e absolutas. Para a ligação à autoestrada estão orçados setenta e cinco mil euros. Aham que é possível fazer uma auto estrada com setenta e cinco mil euros? Porque, se calhar, vão ser precisos dez milhões. Já disse aqui, mais do que uma vez, eu não escondo nada. Na crítica ao saneamento tem razão, mas fomos nós próprios que durante a campanha dissemos que o sistema não funcionava. Na revisão do regulamento dos Serviços Municipais, que é um ponto que está na ordem de trabalhos desta sessão, vamos criar mais um sector autónomo, e não vai haver muitos mais funcionários, não se preocupem, será com funcionários do Município, em que haverá uma equipa para controlar a situação do saneamento. De facto, há pessoas que pagaram e não tem ligação, outros que não pagaram e às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vezes acontece terem ligação e o problema existe desde há vários anos e não o conseguimos mudar, mas não somos mentirosos. O problema da verdade não é só com vocês o problema da verdade é com todos os presidentes de junta que estão aqui, que sabem que as coisas não estão a correr bem, por exemplo, a ETAR de Rubiães e Cossourado, não tem de ser feita? Tem. Só que muitas vezes a verba que está inscrita é uma pequena parte de uma candidatura. Percebem o que estou a querer dizer? Não olhem para as verbas, como se fossem valores absolutos. -----

Há questões que vão ser respondidos pelo vereador Tiago, os que têm a ver com a silvicultura, rede primária. Eu não quero que nenhum assunto fique por responder ou que vocês queiram ver esclarecido. -----

Já mostramos fragilidades, já mostramos que nas questões das águas e saneamento temos muito que mudar e vocês, o que podem fazer é monitorizar, porque houve pessoas que votaram em vocês e, portanto, vocês têm de defender os interesses públicos das freguesias e nós estamos cá para aceitar as críticas quando as coisas não estão bem. -----

José Augusto Sousa (PPS/PSD): em nenhum momento pus em causa a gestão de pessoal, antes pelo contrário, o que disse, foi que aproveitaria os quadros da câmara já existentes. Tenho conhecimento que há um conjunto de funcionários muito significativo e no meu discurso não houve nenhuma referência negativa à gestão de pessoal. -

Vereador Tiago Cunha respondendo a algumas perguntas que foram colocadas, falou da questão da Defesa da Floresta contra Incêndios. Na pergunta feita, os membros da assembleia fizeram corresponder todas as ações de defesa da floresta contra incêndios a apenas uma rubrica existente no orçamento e que contem um valor relativamente baixo, dando assim a crer que o investimento nesta área não está previsto. Começou por esclarecer que a questão do orçamento e das rubricas que se inserem no orçamento é muito mais contabilística do que política. A questão política o presidente explicou-a, ou seja, importa que as rubricas sejam abertas de forma a criar-se a expectativa de ser aberta uma fonte de financiamento com fundos comunitários e, por sua vez, o encargo do Município nunca será o valor total a investir, mas apenas uma comparticipação que ronda os 15%. Nem sempre o orçamento é algo rigoroso que vá corresponder ao que vai existir no futuro. O orçamento é uma previsão. Acho que é bastante redutor, aceita-se essa critica, mas é redutor dizer que o que vão fazer é aquilo que está orçamentado em termos de valor. Para terem uma ideia, a defesa da floresta contra incêndios pode revestir-se em atividades de silvicultura preventiva, mas também pode revestir-se em investimento na proteção civil diretamente como o apoio ao corpo de bombeiros e deu um exemplo que ultrapassa logo o valor que o membro da assembleia apontou na sua intervenção que é a comparticipação na compra de um veículo florestal – que até já está definido em valor e a prevista a obrigação de pagamento durante o próximo ano. Falamos também de medidas mais simples, como por exemplo a implementação da rede primária que prevê várias medidas desde logo, a abertura de aceiros e, contabilisticamente ou nas rubricas, eles podem não estar discriminados de outro modo e não em ações de silvicultura preventiva, e que depois prevê numa segunda fase a redução da carga florestal numa faixa poderá atingir os 125 metros de largura: numa faixa central de vinte e cinco metro e depois 50 metros para cada lado com gestão de combustível em menor densidade. No fundo, serve isto para dizer que a defesa da floresta contra incêndios não se reduz a uma única rubrica, mas contempla imensas ações que estão dispersas em inúmeras rubricas. Contempla por exemplo, ações de fogo controlado, que não podem estar discriminadas aqui. E se calhar, para ser mais esclarecedor e sei que estamos a falar do orçamento só para aberturas de caminhos e aceiros, deste ano de 2017 e 2018 há uma candidatura com o valor inicial de 210 mil euros em execução e conseguiu-se em concurso público um valor para o serviço a executar mais baixo, na ordem

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos 130 mil euros – o que implica a necessidade de reprogramar o investimento de 80.000 euros e fazer mais trabalho. Por isso, se há coisa que o município tem feito ultimamente e a que se tem dedicado, sendo bem visível são as ações de defesa da floresta contra incêndios, e já não falando nas ações de sensibilização. -----

No domingo os sapadores florestais vão recolher uma nova viatura que vai substituir uma das já existentes. Tudo isso são investimentos na defesa da floresta contra incêndios. Em relação às técnicas de silvicultura nenhuma das nossas intervenções contempla o uso de pesticidas. Estamos sempre abertos e sempre que identifiquem uma situação que consideram que não é mais favorável que nos sugiram alterações, porque ninguém é isento de crítica. -----

Creio que houve mais uma dúvida relativa à manutenção dos pontos de água e é, na mesma, uma questão relativa à defesa da floresta contra incêndios. Felizmente, o concelho de Paredes de Coura, não sou eu que o digo é a Proteção Civil Distrital que o diz, é o concelho do distrito de Viana do Castelo que está mais amplamente coberto de rede de pontos de água, de tal forma que a nossa rede dá resposta até aos concelhos vizinhos, por estarem no raio de ação. Não é um trabalho exclusivo da Câmara Municipal, mas foi um investimento progressivo e as despesas são sobretudo despesas de manutenção, que se traduzem também na aplicação de novas telas. Fez-se recentemente a substituição de uma tela que estava danificada, portanto, todos esses trabalhos vão sendo reforçados e os valores que vão sendo orçamentados, volto aqui a dizer aquilo que disse Celina Sousa, são sobretudo, previsões. É evidente que se existir uma candidatura aquele valor é aplicado na comparticipação e é executado. Por último, também gostava de referir que, e o presidente disse há bocado isso, muitos dos trabalhos que são feitos, são feitos com a prata da casa, nós não contabilizamos aqui as obras por administração direta, portanto são os nossos funcionários que investem o seu tempo para executar os trabalhos que são necessários. Temos muitos exemplos desses e por alguma razão investimos na compra de uma máquina, no mandato anterior, no fundo duplicamos a capacidade de resposta a estas situações. Portanto é muito redutor falar de verbas do orçamento quando se espelham tantas ações de desenvolvimento nessa área no próximo ano. -----

José Augusto Sousa (PPS/PSD): para além do Orçamento são as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos e eu aceito a questão que agora há delimitação sobre a percentagem de execução do orçamento, o que não é fácil de aceitar que se possa dizer e, muito bem, e todos nós sentimos a necessidade de avançar do programa de habitação a custos controlados e depois nós, objetivamente e materialmente não conseguimos ver qual é a razão da força dessa projeção em termos das Grandes Opções do Plano. E estou a falar desta questão por que as outras já foram faladas. É verdade que pode haver diferenças, mas os documentos não são contabilísticos, refletem números decorrentes de uma orientação política. Admitindo mais que no orçamento possa haver discrepâncias, possa haver rubricas de outros que depois dá para mudar, substituir e reforçar os programas, como o do apoio contra incêndios. Admitindo isso tudo, mas quando uma pessoa pede esclarecimento sobre o que lá está incluído, não está a levantar nenhum falso testemunho. Todos nós sabemos que as verbas têm de ser gastas mediante um determinado conjuntos de regras estabelecidas, o que queremos saber é onde, ainda por cima, agravado pela circunstância de não estarmos representados na Câmara. -----
Não se pode ver isto como uma desconfiança ou insinuação, mas mais como um esclarecimento. Quanto mais estivermos esclarecidos, mais aptos estamos a tomar as nossas decisões. -----

João Cunha (PPS/PSD): intervém e solicita no âmbito do que o colega José Augusto já referiu e tendo em conta não terem ninguém no Executivo, de que as atas sejam colocadas no portal do Município, com mais celeridade.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara explicou que as atas só são colocadas no site, depois de aprovadas o que leva o seu tempo. -----

As propostas constantes do ponto em questão, foram submetidas à votação e aprovadas por maioria com 26 votos a favor do PS, 6 abstenções (4 do PPD/PSD e 1 do PEV e 1 independente).-----

O ponto nº 03 foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos.-----

= CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO =

Ponto nº 04 - Apreciação, discussão e votação da proposta para a contratação do empréstimo de curto prazo, para o ano de 2018.-----

Presidente da Câmara: o ponto pode ser perplexo. Então a Câmara com uma gestão tão rigorosa e sensata e vai contrair um empréstimo? Este pedido de empréstimo é usual na maior parte das câmaras. Trata-se de adiantar ou ter disponível para acudir a situação de emergência ou que a decisão tenha de ser mais rápida. Implica ter essa capacidade. Também muitas vezes, como referiu Celina Sousa, que de facto as câmaras dependem das transferências do poder central e é verdade, apesar da criação de riqueza, ajuda-nos a criar alguma receita. Isso é insofismável, é indesmentível. De facto, dependemos muito e há atrasos na transferência da administração central para as câmaras e sobretudo nos primeiros meses do ano, até março e a Câmara tem de ter recursos financeiros, mas isso não quer dizer que a câmara municipal se vá endividar a longo prazo. Até que, esse empréstimo a curto prazo tem de ser pago até ao final do ano. E houve até circunstâncias em que se utiliza para fazer execução orçamental, mas não se trata de aumentar o endividamento. -----

José Augusto Sousa (PPS/PSD): partindo da última informação do presidente da Câmara, porque não contratamos um financiamento maior para executar mais rapidamente, uma vez que isto mexe com os fundos disponíveis, com a capacidade de execução mais rápida. Permite ultrapassar a lei dos compromissos e assim, executar mais rapidamente as obras que temos de fazer para melhorar a vida dos courenses. É só porque a capacidade de endividamento é maior do que a que está a ser pedida. -----

Presidente da Câmara: refere que são opções estratégicas, que é sensatez e são moderados e cada um faz a gestão de acordo com os princípios que advoga. Mas faz-me confusão que uma pessoa que se diz da direita, que reclama que são os campeões do rigor orçamental, e porque não mais? -----

José Augusto Sousa (PPS/PSD): em resposta ao presidente refere que não é de direita, que é do Partido Social Democrata, da social democracia. Não defendo aquela definição do Partido Socialista da Câmara de Lisboa, daquela gente toda, de criar um grupo à minha volta. Isso não é socialismo. E não sou de direita, sou social democrata o que eu quero é que sejam rapidamente resolvidas as questões dos courenses, as dificuldades dos courenses, melhorar a vida dos courenses. Como o senhor presidente já o disse, estes empréstimos, no final do ano têm de estar liquidados, tanto valia ser 300 como 600, se a taxa de juro que é de 0,59% dá 590 € x 3. Assim se os dois mil euros de juros que isso custa não é significativo, que queria se fosse mais, apenas para rapidamente resolver os problemas dos courenses. -----

Manuel Monteiro (PS): pergunta ao presidente se este empréstimo contribui para a melhoria da qualidade de vida dos courenses. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara: respondeu que sim, até porque ele não é estrutural, mas sim para atender a situações pontuais de emergência. -----

A proposta para a contração do empréstimo de curto prazo, para o ano de 2018, foi submetida à votação e aprovada por maioria com 30 votos a favor (25 do PS, 2 independentes, 1 PEV e 2 PSD) e 2 abstenções do PSD.-----

O ponto nº 04 foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Chegados às 00h00, o presidente da Assembleia propôs, nos termos do Regimento, o prolongamento dos trabalhos, para além da hora de encerramento, caso contrário a sessão prosseguiria no dia seguinte à tarde. -----

Celina Sousa (PCP/PEV): refere que foi mãe recentemente e tem a sua filha em casa para ser amamentada. Sabe que há regimentos que preveem esta situação, não sendo o caso deste.-----

O que se faz, na maioria das assembleias e quando o regimento prevê, chamam-se os porta vozes dos partidos para decidirem até que ponto se vai. Isso pelo que percebeu não acontece com o regimento desta AM e, portanto, vai até acabar. -----

“Poderiam dizer que eu poderia ter pedido a substituição, mas penso que temos de ver a questão da igualdade de género”. -----

Presidente da Assembleia: a decisão é do plenário e se o plenário entender que não devem prosseguir os trabalhos convoca a sessão da Assembleia para o dia seguinte, em hora a estabelecer também pela assembleia. É um caso novo e a tradição tem sido pedir autorização ao plenário para prolongar os trabalhos, a partir da meia noite. A mesa propôs continuar os trabalhos. -----

Rosalina Martins (PS): no âmbito da intervenção de Celina Sousa, para se ausentar para amamentar a sua criança, disse haver a lei da parentalidade que a protege e que regula esta situação, e que a assembleia não deveria ir contra. -----

Presidente da Assembleia: diz que as pessoas são eleitas em listas e tem de estarem presentes nas assembleias de acordo com a convocatória e suas disponibilidades. As sessões iniciam-se às 21h00 e enquanto o plenário não decidir em contrário a mesa vai manter o mesmo procedimento, embora não tivesse sido alertado para este problema, que bem poderia ser ultrapassado com a suspensão dos trabalhos por um determinado período, para que todos os membros da AM possam participar. -----

----- Colocado à votação foi autorizado, por maioria, com 26 votos a favor, 4 abstenções, 2 do PS e 2 do PSD e um voto contra do PEV (Celina Sousa), o prolongamento dos trabalhos, para além da hora de encerramento (24h00).-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

Ponto nº 05: Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, no presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

Presidente da Câmara: começou por esclarecer que a situação ora recorrida era insólita. Acredita que Celina Sousa não quisesse interromper, até pelo incómodo que criava a todas as pessoas, mas acha que ela tem o direito e deve-se ponderar essa situação, numa futura alteração ao regimento, sendo considerada a sua pretensão. -----

Presidente da Câmara: refere que como ao longo do ano não se efetuam muitas reuniões e se houver decisões de emergência, a presente autorização permite ao presidente da Câmara assumir compromissos plurianuais no valor de, sensivelmente, noventa e nove mil euros. Naturalmente isso não invalida que a seguir seja dado conhecimento à Assembleia Municipal. Já foi assim no ano passado e é um instrumento que a maior parte das câmaras utiliza, não há nada de obscuro. -----

A proposta de delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, no presidente da Câmara foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. -----

O ponto nº 05 foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

Ponto n.º 6 –Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 30-11-2017, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 16-12-2016, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

O Presidente da Câmara refere que se encontrava disponível para prestar qualquer esclarecimento. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

= LANÇAMENTO DE DERRAMA =

Ponto n.º 7 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal para lançamento de derrama, para o ano de 2018, nos termos do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

José Augusto Sousa (PPD/PSD): ao fim de vinte e cinco anos a votar contra a derrama, mais uma vez é não usar os mecanismos que temos à nossa disposição para melhorar a competitividade do concelho. Para além da questão da competitividade do concelho é a questão da relativa injustiça. Se for um particular que não tenha atividade não paga a derrama, se for o marido e a mulher ou o companheiro em regime de união de facto, não pagam a derrama, mas se tiverem uma sociedade já pagam. Numa situação que toda a gente invoca a igualdade de oportunidade, lá estamos nós contra, mais uma vez, uns pagam outros não pagam. E vai dizer o presidente que isto é só para quem fatura mais de 150 mil euros, é verdade que, pelo menos, deram essa isenção. Quer dizer quem paga são as maiores empresas do concelho, e, como tal, o PSD vai votar contra. Estamos a abdicar, mais uma vez, do poder discricionário que temos para tornar a nossa economia mais competitiva. Poupar, poupar-se-ia, com certeza, noutra sítio. É verdade que aumentou, porque também aumentou a atividade económica do concelho, são 130 mil euros num orçamento que o presidente diz ser de 14 milhões, vivíamos muito bem sem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essa derrama. E a competitividade do concelho mais uma vez, e depois voltamos àquela ideia velha o que nós queremos é continuar a captar novas empresas para o concelho. O PSD naturalmente vai votar contra. -----

Manuel Monteiro (PS): de facto o que ouvimos nesta assembleia é que este orçamento é extraordinariamente dependente das transferências do Estado naquilo que é a componente de opção política desta câmara municipal, afinal o PSD diz que estamos a depauperar as empresas e sobretudo a espantar investimento. Ora bem é a minha leitura, é a leitura do executivo municipal e então estamos a espantar investimento e nos últimos anos não têm dito isto afinal, nós estamos aqui a tentar captar uma receita própria e no final vamos espantar investimento, não se investe por causa disto ou isto é a componente essencial, para que de facto cumpra o objetivo que estabeleceu para este orçamento. -----

José Augusto Sousa (PPS/PSD): não foi o PSD que levantou a questão da dependência das transferências do Estado. Na teoria seria exatamente o contrário, é que nós só deveríamos viver com as transferências da administração central e deixaríamos o dinheiro todo distribuído que vem dos impostos diretamente aos concelhos. Não é possível, isso, sabemos que não é possível, porque quem cobra uma parte dos impostos é a administração central, por exemplo, o imposto de circulação. O PSD sempre disse que não se cobrava aqueles impostos que podiam ser dispensados. -----

João Cunha (PPS/PSD): ouvi falar aqui e também ao presidente da Câmara que há um quadro de cativação de emprego e de subida de exportações, tudo muito bem, quando todos sabemos que isso não se deveu, apenas, logicamente, que o devem fazer e as câmaras anteriores também o deviam fazer, a uma maior disponibilidade de recursos, à celeridade como se tomam decisões, tudo muito bem; mas nada mais, porque depreendo eu que essa evolução à qual assistimos nestes últimos anos se deveu principalmente à evolução do tecido empresarial da Galiza e sabemos muito bem disso. -----

E ainda bem que isso aconteceu, não sou contra isso. O que eu quero dizer e era importante saber e eu em plena campanha ouvi muita gente e na zona industrial de Formariz ouvi muitos funcionários a lamentarem-se, porque acho que há aqui uma falácia relativamente ao emprego -----

Nós temos efetivamente muita gente empregada nas fábricas, o que temos e vamos assistindo é a trabalho precário, porque eu gostava de saber qual era o salário médio numa Kyaia que eu acho que é a fábrica que mais explora os trabalhadores a nível do Alto Minho. Isso é que é uma realidade. -----

Presidente da Assembleia: refere que essas afirmações ficam registadas em ata. -----

João Cunha (PPS/PSD): que sim, que constem da ata. Mas também isso interessa ir para a ata não é verdade? Já agora refiro que na última assembleia municipal, tudo aquilo que eu disse, inclusive cumprimentei todos os presidentes de junta pelas eleições e o senhor fez o especial favor, ou quem as transcreve, de nada constar da ata. Isso fez o Sr. Presidente da Assembleia que não constasse em ata. -----

O problema tem-se perpetuado até aos dias de hoje. A transcrição, a cosmética que é dada às intervenções dos membros do Partido Socialista em detrimento das intervenções dos membros das outras bancadas, isto é indigno. E isto tem-se perpetuado. Mudem, a pessoa que está a fazer a transcrição das atas. Por favor porque não faz sentido nenhum, porque aquilo que sucedeu, aquilo que eu subentendo de uma ata é que seja a cópia fiel dos acontecimentos dessa mesma assembleia. A última ata é uma vergonha e uma mentira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia: refere que o ex-reitor da Universidade do Minho afirmou aqui no encerramento de um curso que a Kyaia criou uma fundação para apoiar a educação em Paredes de Coura.-----

Presidente da Câmara: o PSD é um partido muito interessante, para já até gostava de saber o sentido, e não tenho nada que me imiscuir, mas até tenho curiosidade em saber qual o candidato que apoiam, o Dr. Santana Lopes ou o Dr. Rui Rio? Se fosse o Dr. Rui Rio, e se calhar é o candidato que vão apoiar, não sei se ele partilharia mais da vossa opinião ou das opiniões da bancada do PS. Aparentemente o PSD vivia sem tudo, sem impostos, com mais empréstimos, ou seja, era o partido do crédito. Aham que é possível fazer investimentos sem vento e acham que os impostos são a solução milagrosa para tudo. Num mundo tão complexo do ponto de vista económico é como achar que uma empresa se torna mais competitiva e pode competir apenas pelo baixo preço, quando depois é apenas um dos fatores. Os impostos têm como finalidade financiar ou munir a câmara municipal dos recursos necessários para fazer investimentos, para acudir às pessoas e naturalmente para realizar despesas a favor da comunidade. E não percebo como é que um partido diz que não é de direita, pelo menos, se é de centro de esquerda tem de ter preocupações sociais, viveria sem impostos. Não há preocupações sociais sem impostos. Agora uma coisa, a flexibilidade dos impostos, isso são opções. Agora, não há forma de se ter um papel importante, estratégico sem os impostos. Os impostos fazem parte da vida e de uma sociedade e faz parte de uma estratégia política. A oposição às vezes é que é preguiçosa e então muitas vezes cai nas maledicências. Acho que estão tão habituados ao pessimismo que é tão agradável ser pessimista como otimista, então é o discurso constante. Parece a síndrome de Estocolmo. É a crítica constante. Podemos dizer que temos opiniões diferentes em relação aos impostos. Eu até admito que a posição deles, em circunstâncias diferentes. Mas esquecem-se de uma coisa, a Câmara de Coura ainda tem uma situação do ponto de vista financeiro exigente. Agora expliquem-me como é que vocês seriam um partido estratégico capazes de fazer investimentos se as vossas propostas vão todas no sentido de fragilizar o lado da receita. Como? Expliquem-me! Estará aqui o novo Prémio Nobel? Não é possível! Isso era invertermos todos os paradigmas da compreensão humana. Não é exequível do ponto de vista económico. Agora em relação ao emprego, faço uma pergunta simples, já que gostam de dizer mal dos empresários, vá às fabricas e pergunte aos patrões. Já que querem saber e que está tão interessado na estatística e em fazer inquéritos, e há bocado Manuel Monteiro deu um exemplo, fale com as pessoas, ou as pessoas de Paredes de Coura são tontas? Isto é passar um atestado de menoridade democrática e intelectual às pessoas de Coura, porque é que acha que as pessoas votaram de forma maciça nas nossas propostas e no nosso projeto político, acha que as pessoas são tontas? As pessoas de Coura, os empresários não prestam, o poder político não presta? Vivem numa redoma e só nos é que temos a solução? Só eles é que tem a solução para os problemas estruturais de Paredes de Coura. Pergunte, já que quer saber de estatística, Benjamin Disraeli dizia que há três tipos de mentira: a pequena mentira, a grande mentira e a estatística. A estatística, obviamente, tem validade, mas pode ser manipulada. Agora a vida das pessoas não. E pelo que nós lutamos no nosso território é pela a vida das pessoas que se está a transformar, está a melhorar e isso para vocês é que é horrível. E depois, como já estão habituados a dormir com o pessimismo, tanto é agradável dormir com o pessimismo como com o otimismo e depois os empresários não prestam. E o executivo, vejam lá, só capta investimento da Galiza. Então expliquem-me porque é que alguns concelhos, e alguns até são do vosso partido, ficaram para trás? Velocidade institucional, capacidade de dizer a verdade. Não prometer aquilo que não podemos fazer. E não sei se reparou, mas é que se fosse uma pessoa atenta, quem é que mostrou fragilidade nesta sala? Nós, nós, por várias vezes. Quem foi que assumiu os erros? Nós! Portanto há uma coisa que é, não desvalorize a capacidade dos outros. Não trate as pessoas como se fossem incapazes. Digo-lhe uma coisa: temos alguma Inteligência, mas vontade muita e não basta estar a dizer mal de tudo e de todos: o emprego de Coura não presta,

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como disse, abriram umas fabriquetas, pintaram a câmara, e depois, crescemos 700%. É toda a gente a dizer bem de Paredes de Coura. É toda a gente a reconhecer o mérito de Paredes de Coura. Têm um resultado que é um desastre eleitoral e continuam a persistir no erro. -----

Celina Sousa (PCP/PEV): apesar de pertencer a um partido que por norma não é muito a favor da subida de impostos, considero que os valores que vão ser taxados podem trazer alguma riqueza ao município de Paredes de Coura, pelo que não sou contra o lançamento da derrama, porque o município tem uma dependência grande da Administração Central e então é importante tentar criar algum tipo de riqueza própria. -----

José Augusto Sousa (PPS/PSD): não percebo porque é que o PS se queixa quando o João fala tanto e depois quando alguém vem falar, vocês falam todos também. Mas afinal a educação não é igual para todos? Uma coisa é queixarem-se das bocas que ele manda e depois fazem a mesma coisa. Isto tem de ser igual para todos. O senhor presidente da Câmara vem, ciclicamente, com a história de que a oposição de Paredes de Coura diz sempre muito mal de Paredes de Coura. De vez em quando, e se calhar, para ele não há oposição. Ciclicamente lá vem o Presidente dizer que a oposição vive no pessimismo. Eu sinceramente acho que isto está desgastado e ninguém falou aqui de evolução negativa de Paredes de Coura. Ninguém falou. Que eu saiba o PSD nos últimos 20 anos nunca publicou nenhuma notícia a dizer mal de Coura. Mesmo quando tínhamos motivos para dizer que as políticas que estavam a ser executadas pioravam o estado de Coura, nunca o fizemos. A opção foi sempre dentro da câmara e dentro da assembleia. E é aqui que se deve debater a política. E agora falar de pessimismo, falar de cortar tudo. Então eu digo que se pudesse apenas abdicava dos impostos que estão no âmbito da Câmara e que se vão buscar aos courenses. E depois faz-se uma guerra de que nós vivíamos sem nada e tirar os impostos, quanto é que isto vale? No meio de 14 milhões quanto é que nós tiramos aos courenses? São 300 mil, são 3 por cento do IRS e vão ser mais dez mil euros, no IML, que vamos cobrar, de resto já é a taxa mínima, já é obrigatória. Quando se fala que a oposição faz ou não faz, quando se fala, depois utilizam-se argumentos e eu sei que no calor do debate diz-se o que se não pensa, fala-se aquilo que não deve e às vezes o senhor presidente da Câmara também entra nessa coisa, porque ninguém aqui falou de pessimismos. Eu numa das propostas que já aqui fiz é de, sim, reduzir a receita, mas também de reduzir a despesa. Alguém não ouviu? Só queremos que haja comportamentos corretos por parte do PSD, depois também não pode haver comportamento incorretos por parte do PS. -----

Só em jeito de nota eu não partilho as críticas que foram feitas por João Cunha. E não partilho porque cada um paga aquilo que entende que deve pagar e nós aceitamos ou não aceitamos, isso é que é social democracia. Já que estamos no pleno emprego, as pessoas vão trabalhar para outro lado. E que eu saiba até já tem sido aumentado os salários da Kyaia, por força de algumas ofertas de emprego a seguir. Tomara eu ter outras "kyaias", mais, com outra agravante e desde já fica aqui a questão de interesse e até de independência e de salvaguardar a independência em relação a isto. A Kyaia é uma empresa portuguesa, é um empresário português que vende marca própria para o exterior, não são empresas que fazem peças para automóveis que vão ser vendidas lá fora que também são importantes, muito importantes, tomáramos nós termos mais empresas assim, mas chamo uma vez mais a atenção, os empresários tal qual como os trabalhadores quando não estão contentes, quando deixam de ter condições de competitividade no sítio onde estão, pegam nas malinhas e vão para o outro lado. E posso dizer-vos que há muita gente a ir para Marrocos, muita gente a ir para a Tunísia e há outros que estão a pensar muito mais longe a ir para o Bangladesh e, são empresas portuguesas. Nessa matéria continuo a dizer: sou social democrata e quem não está bem muda-se. Portanto, senhor Presidente da Câmara não partilho a ideia de que as oposições, de longe, estão sempre a dizer mal de Coura, a dizer mal das políticas, mas, muitas vezes ao lado da

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nossa Câmara Municipal, contra as ideias dos nossos partidos, coisa que eu não vejo o PS a fazer e, portanto, nessa matéria do interesse de Paredes de Coura, a oposição do PSD tem sempre defendido muito mais os interesses de Coura do que o PS faz. -----

Manuel Monteiro (PS), esta assembleia ganhou alguma coisa com a intervenção de José Augusto Sousa, porque de facto há que clarificar como a água, porque as águas claras são bem mais interessantes para discussão política. A democracia representativa assenta no voto popular, essa questão é inequívoca nas últimas eleições. Para nós, há legitimidade, mas essa legitimidade leva-nos a aprender a democracia. Este executivo tem de aprender a democracia por ser monocolor e eu até defendi, em tempos, executivos monocolors com outra composição nas assembleias. É monocolor, mas isso leva a uma aprendizagem da democracia, mas essa aprendizagem tem de assentar na humildade, a humildade dos vencedores e não a humildade dos vencidos. E essa humildade não esteve até agora aqui presente. Não esteve, não esteve porque é essencial para a democracia o contraditório, ainda bem que também houve contraditório. O membro José Augusto Sousa esteve aqui numa postura de contraditório, essa é saudável e é essa que nós precisamos, essa que este PS precisa, esta que este executivo precisa, mostrando a alternativa, mas mostrando a alternativa credível, que seja credível, só assim, se pode credibilizar. Mas agora, o que nós temos assistido nesta Assembleia são as fórmulas antigas, assentes em modelos que nós não queremos nem estamos disponíveis para não nos perturbar e para não nos ajudar. Reparem, parece ser esse o caminho da oposição e o PSD, nesse aspeto, tem de se clarificar, tem de dizer ao que vem. Já nós dissemos aqui, no princípio desta sessão legislativa que temos todo o interesse e estamos completamente disponíveis para que o PSD cumpra a sua função de oposição com dignidade, com toda a dignidade, mas o que temos assistido nesta assembleia, é que o PSD, ou parte dele continua a cavar no buraco que caiu. E cavando no buraco em que se caiu, só nos enterramos, só descemos mais fundo. Ora bem, não é dessa que nós precisamos, o PS também espera mais deste PSD e nós cá estamos para dar fruto à discussão saudável e que se valorize a democracia e se valorize a nossa população e o nosso território.-----

A proposta para lançamento de derrama, para o ano de 2018, submetida à votação, foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (25 do PS, 1 do PSD, 2 independentes e 1 PEV) e 3 votos contra do PSD (João Cunha; Ricardo Marinho e José Augusto Sousa). -----

O ponto nº 07 foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

= IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS =

Ponto n.º 8 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2018, em 0,33% para os prédios urbanos, e 0,7 % para os prédios rústicos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI).-----

Jose Augusto Sousa (PPS/PSD): refere que está expectante sobre aquilo que o porta voz do PS vai dizer sobre essa matéria. Obviamente que o PSD vai votar contra o acréscimo da taxa de IMI. Nós temos vindo a assistir, nos últimos anos, a um acréscimo significativo da receita, por esta via. E o acréscimo resultante desse aumento da receita, fundamentalmente, sustentado na reavaliação do património imobiliário das pessoas de Paredes de Coura. E, portanto, o acréscimo dessa taxa, a meu ver, face ao acréscimo de receita que tem havido é desnecessário. Desnecessário e mais uma vez, voltando àquilo que eu disse inicialmente, parece que nós não queremos ter nenhuma posição competitiva, positiva em relação aos outros e não é assim tão claro que os nossos vizinhos mais próximos tenham taxas de IMI muito superiores à nossa, por exemplo Ponde de Lima, é claro que depois vêm outros aqui a falar, mas o que nos assistimos antes das eleições é que uma série de câmaras

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

socialistas que tinham taxas maiores, antes da campanha foram logo a correr propor baixar as taxas todas. Portanto eu não sei se a média em que foi baseada no passado vai estar agora correta. Porque quer me parecer, pelas deliberações que tenho ouvido das outras câmaras, é que nós vamos ficar acima dos outros, a cobrar mais que os outros. Mas naturalmente são opções políticas e isso já foi aqui discutido, mais que uma vez. Chamo a atenção que, mais uma vez, aquilo que como o Sr. Presidente disse de início não coincide exatamente com a deliberação na câmara municipal, neste sentido, ou então é dito como as coisas pelo porta voz do PS, já aqui veio dizendo que o que nos sabíamos é mais empiricamente e não baseado em estatísticas formais, já veio aqui, corrigir um bocado a coisa, porque a declaração de voto que está na Câmara, contraria aquilo que nós falamos. O PSD vota contra o acréscimo da taxa de IMI porque penaliza os courenses. -----

Manuel Monteiro (PS): o grupo municipal do PS tem a dizer relativamente a este assunto, duas coisas: pessoalmente não concordo com a retirada de competências às câmaras municipais; segundo, em relação à substância do ponto em apreço, o grupo municipal concorda, embora penalize e, concorda sobretudo com a justificação que é dada pelo executivo. Há que captar receita para investimentos que são essenciais ao desenvolvimento do concelho. Aliás, membro senhor José Augusto, as nossas sugestões enquanto membros do executivo municipal, centravam-se no acesso à A3 e o acesso à A3 é vital. É tão vital que é aceitável que se peça um esforço aos munícipes para comparticiparem nessa ligação, como noutras. Mais tarde, provavelmente, esperemos, se calhar este executivo vai ter oportunidade de fazer o inverso e voltar abaixo da média do distrito, porque se temos algumas acima também temos algumas abaixo. É verdade, e a de Coura estava no limite mínimo, a proposta é esta. Naturalmente percebe que estamos de acordo e ela será aprovada, naturalmente isto centra-se nas opções deste executivo, relativamente à matéria de captação de receitas próprias que já aqui foi defendida por nós. Nesse sentido é um contributo essencial para aquilo que são estruturas estratégicas essenciais para o desenvolvimento do nosso concelho, que tem anos que não é realizado. Estamos em via de o fazer. Pedimos este esforço adicional que, naturalmente, penaliza algumas pessoas outras não tanto, mas é um esforço que é louvável que tenhamos que fazer. -----

Presidente da Câmara: o desenvolvimento de um país não se estrutura apenas, podem dizer que também, com a fiscalidade, se assim fosse, a fiscalidade resolvia todos os problemas. E depois para quem conhece um bocadinho o mundo e as economias, as economias mais desenvolvidas são aquelas que não são competitivas do ponto de vista fiscal, mas são competitivas pela agilidade, pela velocidade institucional, pelo rigor, pela captação de investimento, porque se o nosso sistema fiscal fosse tão gravoso então não percebo onde é que as metas a que nos propusemos as conseguíamos obter. E obviamente que é um esforço, mas podemos voltar aqui, não é somente com a fiscalidade que se resolvem os problemas. E fragilizar o lado da receita, não sei se vocês sabem, mas Paredes de Coura também tem um preço de água dos mais baratos do distrito e que nem foi isso que eu utilizei até agora, eu sei que isto é capaz de doer, está aqui contabilizado e não é tanto assim como vocês estão a pensar é um pequeno esforço que se pede a todos os courenses, obviamente. Mas há uma coisa aí que vocês sabem e não foi o principal argumento que utilizamos, nós viemos de uma situação mínima para uma situação média e da análise ao distrito o que estamos a fazer é um ajustamento, mas esse ajustamento não é somente para querer ajustar, é porque vamos precisar de dinheiro, estamos a fazer um esforço de consolidação orçamental e isto até sabe, muitas vezes, qualquer pessoa simples. É nas pequenas coisas que está a poupança, porque se fragilizássemos aqui e se utilizássemos os quinze milhões para fazer cálculos percentuais, para diminuir e para desvalorizar, obviamente, toda a capacidade de angariar receita então, fragilizávamos o orçamento por todo o lado. O orçamento seria um barco todo furado que, à mínima tempestade afundava. Não há outra forma, só se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pode fazer ação social com riqueza. E às vezes também vos digo uma coisa, não há outra forma e nós sabemos que a linha que divide, e a fronteira entre ser de centro ou ser de esquerda, nós não sabemos qual é a fronteira. Mas há uma coisa que o maior marxista sabe, não há hipótese de redistribuição, não há hipótese de fazer ação social, sem receita. Ou então somos um país da América Latina que não dura com estabilidade financeira e económica mais do que uma série de anos. E é isso que nós estamos a fazer. Agora se têm todo o respeito de ter diferenças e de apresentar propostas diferentes, têm! E é verdade, acho que é injusto e por isso é que, às vezes, defendemos a nossa causa com maior veemência. É que a captação de investimento nos caiu do céu, caiu-nos tudo do céu. É uma coisa maravilhosa. Eu acho que devemos ser o executivo mais sortudo do mundo. E não é. É muito trabalho, é muita execução financeira e não se se sabem que os orçamentos, as taxas de execução, nós não somos como alguns municípios que dizem, ah! temos uma execução financeira de 85%, agora já podemos prevaricar durante dois anos, e fazem-no. Aqui não! Aqui há rigor, aqui há contenção e às vezes temos dificuldades como todas as pessoas, porque, para nós um euro é um euro. -----

A proposta para fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2018, foi aprovada, por maioria, com 28 votos a favor (25 do PS, 1 do PSD, 2 independentes), 1 abstenção do PEV e 3 votos contra do PSD (João Cunha; Ricardo Marinho e José Augusto Sousa).-----

José Augusto Sousa disse que o seu voto é contra porque reflete a oposição ao acréscimo da taxa.-----

O ponto nº 08 foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos.-----

= PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS =

Ponto n.º 9 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2018, nos termos do nº2 do artigoº 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro.-----

O presidente da Câmara ficou à disposição para as questões que quisessem colocar. -----

José Augusto Sousa referiu que o PSD iria votar contra por entender que a taxa desta matéria deveria ser zero. -

A proposta para fixação em três por cento da participação variável no IRS, para o ano de 2018, foi aprovada, por maioria, com 28 votos a favor (25 do PS, 1 do PSD, 2 independentes) 1 abstenção do PEV e 3 votos contra do PSD (João Cunha; Ricardo marinho e José Augusto Sousa).-----

O ponto nº 09 foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

=TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM =

Ponto nº 10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem), em 0,25% para o ano de 2018.-----

João Cunha (PPS/PSD): não são as atitudes que tenho presenciado que me podem demover das minhas posições. A vitimização constante a que eu vou assistir, durante mais quatro anos, muita coisa vou ter de dizer e perguntar ao senhor presidente da Câmara. Vão ter ainda muito que falar sobre isso, mas não será hoje. O colega merecia um óscar de economia por esta atuação. Relativamente a este ponto, pergunto ao senhor presidente da Câmara se há garantias de que esta taxa não venha a ser refletida na fatura dos courenses. É que isto sendo cobrado às empresas, que eu acho muito bem que eles paguem, só nos ajuda a nós, enquanto courenses agora, muito cuidado com esta situação. Gostava que houvesse garantias que isto não seja refletido nas faturas. -----

Presidente da Câmara: A garantia não depende de mim, mas depende da lei. O presidente da Câmara não tem a capacidade de um juiz nem tem a capacidade da fiscalização da lei. Eu sou um simples cidadão como a maior parte de vocês. Agora que existe a lei o que disse também é verdade. Houve situações e houve abusos, mas como foram públicos e veiculados na comunicação social foram expressamente proibidos e são proibidos por lei.

João Cunha (PPS/PSD): e se isso voltar a acontecer a taxa vai se refletir na fatura dos courenses? Há um compromisso da câmara para abolição da taxa? -----

Presidente da Câmara: o Presidente deve-se preocupar com aquilo que é realmente perigoso. Imagine, se isto está proibido por lei e se isso vier a acontecer, não me compete a mim, fiscalizar, a mim, enquanto cidadão comum, não tenho essa competência. Já aprovei em reunião da Câmara e a vocês compete-vos aprovar depois a fiscalização é um cargo dos órgãos competentes. Agora não me pode responsabilizar a mim pela contingência que pensa que vai acontecer ou não. -----

A proposta para fixação da Taxa Municipal de Direito de Passagem para o ano de 2018, foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (25 do PS, 2 do PSD, 2 independentes, 1 do PEV), e 2 abstenções do PSD. ---
O ponto nº 10 foi aprovado, por unanimidade, em minuta, para efeitos imediatos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= REVISÃO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS =

Ponto nº 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais. -----

Presidente da Câmara: isso está relacionado com três circunstâncias: com a criação de um novo sector nas águas e no saneamento, com coordenação centralizada com uma pessoa dentro da camara municipal; adaptou-se o serviço administrativo e financeiro à nova legislação; e com a criação de um serviço de obras municipais sobretudo para coordenar as obras em construção e a conservação dos edifícios do Município. -----

Brevemente apresentaremos um plano para a intervenção dos edifícios. Muitas vezes fazemos as intervenções em última circunstância, quando o estado de degradação é grande e implica um esforço financeiro maior. Portanto vamos tentar fazer um acompanhamento maior, com investimentos menores para evitar algumas situações de degradação total, em que depois o investimento necessário é muito mais gravoso, pela incúria e exige um esforço financeiro por parte do Município muito maior. Prende-se, naturalmente, com essas três mudanças. -----

Ricardo Marinho (PPS/PSD):o novo sector de águas que mencionou, terá também a ver com a manutenção das levadas de Coura, as águas de consortes, da regularização de todas esses assuntos e também com a criação de açudes ou reservas de água superficiais. -----

Presidente da Câmara: isto prende-se com os problemas que vocês levantaram e dos quais nos criticaram ao longo da campanha, e bem. Até a situação de que falei no início, a descoordenação, que existe nos ramais de saneamento e outros problemas que nos foram levantados, em que as pessoas esperam, e naturalmente que, às vezes, desesperam, e depois há pessoas que têm falsas expectativas. Nesta Câmara isso não vai acontecer, vamos tentar resolver os problemas das pessoas, porque não vamos fazer um investimento para ligar uma casa ao saneamento, como já constatamos num saneamento em que a situação custava do ponto de vista financeiro, quatrocentos mil euros. Isso não é possível. Por isso, mais vale acompanhar as pessoas a arranjar soluções alternativas porque temos que poupar. -----

Do que agora me está a falar é dos regadios, e existe neste momento uma série de candidaturas que estão a acontecer, não apenas aqui em Coura, mas também noutros locais. Essa é uma preocupação do município e que pode acompanhar, até se solicitar nós enviamos todo o trabalho que temos feito nessa área. Algumas candidaturas já foram aprovadas outras estão em sede de apreciação, mas convenhamos que essa é uma preocupação, que diria pertinente e que pode ser muito importante para o concelho. -----

A proposta de Revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais foi submetida à aprovação e aprovada por unanimidade.-----

O ponto nº 11 foi aprovado, por unanimidade, em minuta, para efeitos imediatos. -----

= 3ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DE 2017 =

Ponto nº 12 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 3ª Revisão dos documentos previsionais do ano de 2017.-----

Presidente da Câmara: trata-se da planificação das obras para anos seguintes e ajustar o cronograma, considerando as obras que deveriam estar acabadas no final do ano e só estarão em fevereiro e depois alguns atrasos que acontecem sempre nas obras, muitas vezes são os próprios procedimentos e muitas vezes são os atrasos normais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Augusto Sousa: pergunta concretamente qual é a alteração que está a ser votada? São cerca de 150 mil euros que são transferidos de um lado para o outro. -----

Presidente da Câmara: não sabe precisar, mas fala das obras na Secundária, Centro Coordenador de Transportes, Centro de BTT e o Mercado Municipal e que tem a ver com a programação financeira dessas obras.

A proposta de 3ª Revisão dos documentos previsionais do ano de 2017 foi submetida à aprovação e aprovada por unanimidade. -----

O ponto nº 12 foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos. -----

= ACORDOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS =

Ponto nº 13 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para distribuição de valores para a execução dos acordos de delegação de competências nas juntas de freguesia.

José Augusto Sousa disse não ter nada a referir, a não ser que acha que a verba é pouca. -----

A proposta para distribuição de valores para a execução dos acordos de delegação de competências nas juntas de freguesia, foi submetida à aprovação e aprovada por unanimidade. -----

O ponto nº 13 foi aprovado, por unanimidade, em minuta, para efeitos imediatos.-----

= INTERESSE MUNICIPAL – LIGAÇÃO AO PARQUE INDUSTRIAL =

Ponto n.º 14 - Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal para declaração de interesse municipal do projeto de ligação do Parque Industrial de Formariz à A3.-----

Presidente da Câmara: como um processo que se está a desenvolver é uma etapa muito importante. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Augusto Sousa (PPS/PSD): naturalmente que quem anda aqui há muitos anos sabe que defendemos sempre a ligação à autoestrada. Já aqui falei inicialmente sobre esta questão, da comparticipação do Governo relativamente a isto, fiquei um bocadinho mais assustado, não sei se com valores calculados, ou uma estimativa por alto, desfasada da realidade só para nós votarmos a favor o aumento da receita, do valor que o senhor presidente disse sobre aquilo que será o custo da Câmara Municipal nesta matéria, dez milhões de euros. Mas nem que seja dez milhões de euros, e se eu cá estiver votarei com certeza de bom grado, lamentando que, mais uma vez os Governos da República nos afastem, porque a obrigação deles era comparticipar significativamente esta obra em Paredes de Coura, que aqui o que está previsto é a comparticipação da Comunidade Europeia e o resto da Câmara Municipal de Paredes de Coura. E tal, como há pouco ouvi da parte do porta voz do PS a dizer que estava contra a retirada de competências das câmaras municipais, gostaria de o ver aqui nesta assembleia a reclamar perante o Governo da falta de comparticipação nacional do Governo nesta obra. Aquilo que ali se diz é que nós temos que proceder a expropriações e que temos de pagar a comparticipação nacional. Mas nem que seja assim, nem que seja dessa forma, a ser assim votarei favoravelmente em absoluto a declaração de utilidade pública que sejam justos na aplicação da lei das expropriações, que rapidamente isso se resolva para quanto mais rápido possível se possa ter a estrada e espero bem que, entretanto, haja aqui meia volta e se consiga uma comparticipação significativa do poder central. Eu conto com os bons ofícios do senhor presidente da Câmara. Eu já vi a Assembleia Municipal de Coura contra o governo do PSD por coisas muito menores, a fazer-se quase um levantamento, com o voto favorável do PSD e eu queria ver agora a posição do PS, nesta questão. Mas votamos a favor. E que seja feito rápido, muito rápido. Se for preciso endividar a Câmara de Paredes de Coura e eu estiver cá, voto a favor. -----

Presidente da Câmara: vou só fazer algumas correções, o projeto não é financiado por fundos comunitários, é mesmo do orçamento geral do estado, o resto corresponde a verdade e o que é um facto é que também foi este Governo a decidir, isto até nos podem desvalorizar um bocadinho, que isto não é um projeto feito à medida de Paredes de Coura, que muito contribuímos nós para que outros também o tivessem, não tenho a mínima duvida. O projeto chama-se Programa de Valorização das Zonas Industriais de acolhimento industrial – não é financiado pela União Europeia é financiado pelo Orçamento Geral do Estado e Paredes de Coura em termos que eu diria, processuais, tem as coisas a correr bem, por isso é que isto foi necessário. E espero estar aqui um dia com o membro José Augusto e que esse dia se concretize. Eu acho que isso é importante para Paredes de Coura e não vai ser preciso endividar a câmara de forma insustentada ou que ponha em causa aquilo que eu disse, que nunca pode acontecer, que é uma câmara refém de um encargo ou um investimento maior e depois não consiga responder às outras solicitações. Os investimentos têm de ser estruturados, agora eu acho que do ponto de vista industrial, vai-nos ajudar bastante, porque também convém dizer que já captamos muito investimento, devido à nossa força, ousadia, inteligência, e até capacidade de sedução, mas também perdemos alguns investimentos porque quando se trata de fábricas de grandes volumes, esqueçam, quando se trata de implantar fábricas que tem transporte de grandes volumes, Paredes de Coura deixa de ser competitiva. E, portanto, esta ligação é muito importante, porque no fundo não aproxima só Formariz, aproxima também a zona industrial de Castanheira. E depois no futuro veremos. -----

A proposta de declaração de interesse municipal do projeto de ligação do Parque Industrial de Formariz à A3 foi submetida à aprovação e aprovada por unanimidade. -----

O ponto nº 14 foi aprovado, por unanimidade, em minuta, para efeitos imediatos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= CONSELHO CONSULTIVO DA PAISAGEM PROTEGIDA DO CORNO DE BICO

Ponto n.º 15 - Nomeação de representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida do Corno de Bico, nos termos da alínea b) do artigo 9º do Decreto-Regulamentar n.º 21/99, de 20 de setembro.-----

Foi designado, por maioria, Armando Alves Feijó, presidente da União das freguesias de Bico e Cristelo, representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida do Corno de Bico, com 26 votos a favor. Ricardo Marinho, pelo PPD/PSD, obteve 5 votos. Houve um voto em branco.-----

= REPRESENTANTE DE FREGUESIA NO CONGRESSO DA ANMP =

Ponto n.º 16 - Nomeação de presidentes das Juntas de Freguesia e o seu substituto, também presidente de junta que, em representação de todas as juntas do Município, participa no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), nos termos do artigo 6º dos respetivos Estatutos.-----

Foi presente a lista “A”, apresentada pelo Partido Socialista, constituída por Luís Montenegro e Bruno Araújo, presidentes das juntas das freguesias de Coura e de Infesta.-----

Foram designados, por maioria, Luís Montenegro e Bruno Araújo, presidentes das juntas das freguesias de Coura e de Infesta, respetivamente, com 28 votos a favor. Houve 4 votos em branco.-----

= REPRESENTANTE NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

Ponto n.º 17 - Nomeação de representante da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Minho, nos termos do n.º 2, do artigo 14, dos respetivos Estatutos.-----

Foram presentes as listas: “A”, apresentada pelo Partido Socialista, constituída por Luísa Castro e Rosalina Martins e “B” apresentada pelo Partido Social Democrata, constituída por João Cunha e Ricardo Marinho.-----

Foram designadas, por maioria, Luísa Castro e Rosalina Martins, representante da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Minho, com 25 votos a favor. João Cunha e Ricardo Marinho, pelo PPD/PSD, obtiveram 3 votos. Houve 4 votos em branco.-----

= REPRESENTANTE NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO =

Ponto n.º 18 - Nomeação de representante dos presidentes de junta eleito pela Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com a alteração pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto.-----

Foram presentes as listas: “A”, apresentada pelo Partido Socialista, constituída por Manuel Fernando Vaz Barbosa e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por Sérgio Costa -----

Foi designado, por maioria, Manuel Fernando Vaz Barbosa, presidente da Junta da freguesia de Padornelo, representante dos presidentes de junta para integrar o Conselho Municipal de Educação com 27 votos a favor; Sérgio Costa obteve 3 votos. Houve 2 votos em branco.-----

= COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO =

Ponto n.º 19 - Designação de quatro cidadãos eleitores para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, nos termos da alínea I), artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro,-----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conjugada com a alínea l) do artigo 2º, da Portaria n.º 1226-EI/2000, de 30 de dezembro, na sua redação atual. -----

Foram presentes as listas: “A”, apresentada pelo Partido Socialista, constituída por Cláudia Pires de Lima, Elizabete Afonso Rodrigues; Iolanda Pereira e Perfeita Esteves (PS), e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por Carlos Subtil, Ricardo Marinho, Sónia Guida Araújo e Venâncio Fernandes. -----

Foram designadas, por maioria, Cláudia Pires de Lima, Elizabete Afonso Rodrigues; Iolanda Pereira e Perfeita Esteves, para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco com 26 votos; Carlos Subtil, Ricardo Marinho, Sónia Guida Araújo e Venâncio Fernandes, obtiveram 4 votos. Houve 2 votos em branco. -----

= COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS =

Ponto n.º 20 - Designação de até cinco representantes das freguesias do concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos da alínea b), do artigo 3º D, da Lei n.º 14/2004, de 8 de maio, com a atualização da Lei nº 76/2017, de 17 de agosto. -----

Foram presentes as listas: “A”, apresentada pelo Partido Socialista, constituída por José Alberto Rosas Mota; de Rubiães, David Pires Saraiva; de Cunha, Manuel Lopes Fernandes; de Insalde, Moisés Vaz Loureiro e de Romarigães, António José Alves e “B” apresentada pelo Partido Social Democrata, constituída por João Cunha, Ricardo Marinho, Sónia Guida Araújo e o presidente da junta da freguesia de Vascões, Sérgio Costa. -----

Foram designados, por maioria, os presidentes de junta das freguesias de Parada, José Alberto Rosas Mota; de Rubiães, David Pires Saraiva; de Cunha, Manuel Lopes Fernandes; de Insalde, Moisés Vaz Loureiro e de Romarigães, António José Alves, representantes das freguesias do concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com 26 votos. Os membros João Cunha, Ricardo Marinho, Sónia Guida Araújo e o presidente da junta da freguesia de Vascões, Sérgio Costa obtiveram 4 votos. Houve 2 votos em branco. -----

= CONSELHO CINEGÉTICO

Ponto n.º 21 - Designação de um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético, nos termos da alínea e), do nº 2º, artigoº 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na sua redação atual. -----

Foram presentes as listas: “A”, apresentada pelo Partido Socialista, constituída por presidente da junta de Castanheira, Celestino Rodrigues e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por Sérgio Costa, pelo PSD. --

Foi designado, por maioria, o presidente da junta de Castanheira, Celestino Rodrigues para integrar o Conselho Cinegético, com 26 votos. O presidente da junta da freguesia de Vascões, Sérgio Costa, pelo PSD, obteve 4 votos. Houve 2 votos em branco. -----

= COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL =

Ponto n.º 22 - Designação de um representante das juntas de freguesia do concelho para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos do disposto no al. i) do artigo 41º, da Lei nº 27/2006, de 03 de julho, na sua redação atual. -----

Foram presentes as listas: “A”, apresentada pelo Partido Socialista, constituída por António Soares Pereira (presidente da União das freguesias de Formariz e Ferreira) e Jorge Rocha (presidente da Junta da freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agualonga) e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por Sérgio Costa, (presidente da junta da freguesia de Vascões).-----

Foram designados, por maioria, António Soares Pereira (presidente da União das freguesias de Formariz e Ferreira) e Jorge Rocha (presidente da Junta da freguesia de Agualonga), representantes das juntas de freguesia do concelho para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, com 26 votos. Sérgio Costa, (presidente da junta da freguesia de Vascões), pelo PSD, obteve 4 votos. Houve 2 votos em branco.-----

= COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONIMIA =

Ponto n.º 23 - Designação de um membro da Assembleia Municipal e de um cidadão para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia, nos termos das alíneas b) e d), artigo 6º, do Regulamento Municipal de Toponímia e de Numeração de Edifícios do Município de Paredes de Coura.-----

Foram presentes as listas: “A”, apresentada pelo Partido Socialista, constituída por Eduardo Cerqueira e Júlio Manuel Cunha e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por Ricardo Marinho e José Augusto Sousa. -----

Foram designados Eduardo Cerqueira e Júlio Manuel Cunha, para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia, com 26 votos. Ricardo Marinho e José Augusto Sousa, obtiveram 4 votos. Houve 2 votos em branco.--- -----

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =

Ponto n.º 24 - Intervenção do público.-----

Interveio Venâncio Fernandes, que desejou os maiores sucessos a todos nas suas funções. Disse não falar sobre números, deles falou José Augusto e falou muito bem. Iria apenas transmitir a sua opinião, por achar ter esse direito e o dever cívico. Interveio pela primeira vez nesta assembleia há doze anos. Foi uma experiencia muito gratificante, assim como, apesar de todas as horas que aqui estive, estive de boa vontade. Já nessa altura focou que há a falta de pessoas às sessões da AM, o público, efetivamente, não adere. É mau, muito mau e é uma coisa com que todos se deviam preocupar e deviam procurar encontrar uma forma que pudesse alterar essa situação. Era bom e que isto iria transmitir-lhes outra ideia do que efetivamente a Assembleia Municipal é, e o que é discutido e a forma de como é discutido. -----

Uma observação relativamente à questão das comissões com 4 e 5 pessoas, hoje eleitas. Gostava que esta constituição de comissões pudesse ter sido feita de forma diferente, de consenso, organizada e em que em todas as comissões pudesse haver representatividade. Pensa que isso seria bom para a comunidade e essa vontade deveria partir de quem tem a maioria.-----

Disse não ter gostado da intervenção do senhor presidente, sobre os enfeites de Natal. As coisas acontecem e, o senhor presidente no discurso que fez no plano de atividades falou que a Câmara era uma empresa gerida com rigor e as empresas têm de assumir as responsabilidades pelas coisas que acontecem. Efetivamente foi uma situação que aconteceu e possivelmente não estava prevista, não há aproveitamento político de nada, a única coisa que deveria dizer era, aconteceu ninguém fez propositadamente, haveria um pedido de desculpas à população e a situação estaria sanada. -----

Disse também não ter gostado de uma outra frase que é os de Coura e os de fora de Coura – ou os que gostam de Coura e os que dizem mal de Coura. Isto tem sido muito comum e isto não ajuda nada à conciliação e à colaboração de toda a gente. Acha que a crítica é um direito que qualquer cidadão tem e quem ocupa cargos públicos e políticos por eleição não está isento de ouvir essas críticas e a crítica se não for de maldizer, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

difamação, se não for calúnia é valiosa e contribui para a discussão e contribui muitas vezes para melhorar futuras situações e, portanto, essa situação seria aí resolvida também. -----

Achou interessante a proposta relativa ao lobo. -----

Disse não ter nenhum mérito, mas achou interessante aquele novo nome que o senhor presidente falou relativamente à ecovia, o projeto que prevê apresentar que acompanha a nascente do rio Coura até jusante, que poderá ser uma estrutura que irá contribuir e potenciar o turismo em Paredes de Coura e a ajudar a fixar cá os turistas por mais tempo do que aquele que passam cá. -----

Felicitou-o pelo centro de BTT em Lamas, uma estrutura também necessária para o que a Associação tem feito. Este último evento que aconteceu trouxe já um número considerável de pessoas e são este tipo de coisas que vão contribuindo para que o concelho passe a ter efetivamente menos dependência de tais transferências relativamente ao Estado. Desejou sucesso aos presidentes das Juntas, ao Executivo e à mesa da Assembleia Municipal. -----

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias.-----